

José Adriano
de Freitas Carvalho

UM SANTO PARA A JACOBÉIA

Manuel José Soares de Brito,
fidalgo da Lamasosa,
morgado de Santa Bárbara (Baía)
e cavalheiro cristão (1688-1760)

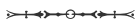


CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

UM SANTO PARA A JACOBÉIA.

Manuel José Soares de Brito, fidalgo da Lamasosa,
morgado de Santa Bárbara (Baía)
e cavalheiro cristão (1688-1760)

UM SANTO PARA A JACOBÉIA.
Manuel José Soares de Brito, fidalgo da Lamarosa,
morgado de Santa Bárbara (Baía)
e cavaleiro cristão (1688-1760)



José Adriano de Freitas Carvalho

NÓTULA DE APRESENTAÇÃO
Zulmira Coelho dos Santos

Título

Um Santo para a Jacobeia.
Manuel José Soares de Brito, fidalgo da Lamarosa,
morgado de Santa Bárbara (Baía) e cavalheiro cristão (1688-1760)

Autor

José Adriano de Freitas Carvalho (CITCEM)

© 2024 Autor

Edição

CITCEM

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n.º
4150-564 Porto
citcem@letras.up.pt

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (<https://ler.letras.up.pt>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



Porto, novembro de 2024 (1.ª edição)

Execução gráfica

Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

ISBN: 978-989-8970-86-2

eISBN: 978-989-8970-87-9

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-87-9/san>

Depósito legal: 541098/24

O Autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Este trabalho foi elaborado no quadro das actividades do grupo de investigação «Sociabilidades e Práticas Religiosas» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UIDB/04059/2020, DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.



*À Maria da Graça,
et pour cause...*

AGRADECIMENTOS

É um dever – e, se não fora um *cliché*, uma honra – agradecer a tantos amigos e colegas que, com generosidade e paciência, me foram ajudando, ao longo de quase 4 anos, a que este livrinho aparecesse com menos erros. E, por outro lado, ter-me-ia sido impossível, por falta de documentação – de ordem não estritamente económica – e apoios bibliográficos trazer à ribalta da História cultural – religiosa, portanto, também – uma figura, *interessante* a vários títulos, que, há mais de dois séculos, estava oculta pelos panos do esquecimento.

Uma vez mais sem qualquer ordem, porque desordenadamente me fui atrevendo a solicitar o seu apoio, permitam-me que lembre, *sub imo corde*, a Paula Almeida com o seu saber de

hagiografias e vidas santas, o Pedro Vilas Boas Tavares – a quem devo, entre outras gentilezas, o ter podido dispor sem tempo da sua cópia de *Vindícias da virtude* de Fr. Francisco da Anunciação –, o Alberto Silva – meu consultor de orações e de santos e santinhos –, o João Pedro Pimenta – genealogista, viajante, condutor e fotógrafo –, o Luís de Sá Fardilha – leitor de leituras múltiplas e corrector de erros e imperícias informáticas –, a Maria de Lurdes Correia Fernandes – o sempre sapiente juízo crítico de tantas páginas – e o Moreno Pacheco – sem ele, na Baía, nem Santa Bárbara me teria valido...

Ao Prof. José Augusto Cardoso Bernardes, ao tempo Director da BGUC, tenho que agradecer a gentileza com que, por diversas ocasiões, facilitou a consulta de espécies raras que guarda a sua Biblioteca.

Uma menção especial devo quer ao Exmo. Senhor Eng. Nuno Silveira, actual senhor da Lamarosa, que magnanimamente nos autorizou a calcorrear a quinta que foi de Manuel José Soares de Brito e fotografar o que conveniente fosse ao nosso trabalho, quer ao Exmo. Senhor José Eduardo Reis, credor dos esplêndidos méritos das fotos que ilustram o texto.

Por fim – e por aqui devia, por evidentes razões, ter começado – seria imperdoável não publicar que sem o empenho e compreensão da Prof.^a Maria João Pinho, coordenadora do

Grupo de Investigação «Sociabilidades e Práticas Religiosas» do CITCEM da Universidade do Porto, e sem a atenção amiga e constante da Prof.^a Zulmira Coelho dos Santos, palmarmente visível na «Nótula de Apresentação» com se tornou co-autora desta obra, o nosso trabalho não teria vindo a lume. Por tantos cuidados, a minha sincera gratidão.

Não posso esquecer o que devo à Prof.^a Inês Amorim, Coordenadora Científica do CITCEM, cuja palavra final permitiu que estas páginas fossem acolhidas nas colecções do nosso Centro de Investigação.

Uma palavra mais para a Dr.^a Marta Costa: sem a sua lente minuciosa e atenta aos meus erros e despistes, este trabalho sairia mais imperfeito.

E se de alguém me esqueci, peço que me perdoe e saiba que lhe estarei sempre grato.

NÓTULA DE APRESENTAÇÃO

A pequena obra de autor anónimo que é objecto deste rigoroso e erudito estudo de José Adriano de Freitas Carvalho, *O Cavalleiro Christão. Diálogo sobre a vida, virtudes, e acções do Senhor Manoel Jozé Soares de Brito, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo*, foi originalmente publicada em 1761, na Oficina de Pedro Ferreira e, nas palavras deste trabalho, «o livrinho apresenta-se em um 8º de 254 páginas, 216 das quais, com paginação própria», podendo ter sido preparado como um contributo «para levar à abertura de um processo diocesano *de vita, virtutibus et moribus* com miras aos altares», o que permite realçar o papel das «vidas» e das «memórias» de autoria própria ou alheia na instrução dos processos de beatificação

e canonização como estratégia recorrente sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Não valerá a pena reiterar a importância da necessidade de atenção a textos desta natureza, imprescindíveis fontes para o estudo do passado e compreensão do mundo que nós perdemos¹. E, no entanto, a revisitação de testemunhos como este, dados à estampa, mas de circulação residual, têm sido escassos para uma época que recebe habitualmente a designação de «Luzes», mas em que, como é sabido, muitas zonas de sombra permanecem, apesar dos relevantes trabalhos produzidos sobretudo na segunda metade do século XX. Ao estudar profundamente este texto, num magnífico e muito produtivo exemplo de *close reading*, José Adriano de Freitas Carvalho não só proporciona e debate um amplo leque de temas e sugestões, mas faz ainda acompanhar este quadro de investigação por preciosos índices e explicações que permitem um «estudo de caso», nas suas várias dimensões, verdadeiramente uma «biografia espiritual», mostrando como este tipo de obras, pela reflexão sobre os usos do impresso, pode contribuir para o conhecimento de uma época e dos seus protagonistas, alterando frequentemente o quadro de análise em vigor. Comentando a natureza

¹ LASLETT, Peter, [1966]. *The World We Have Lost*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.

do texto, a sua «construção» e objectivos, este estudo examina de facto dois tempos: o tempo do «protagonista», entre 1668 e 1760, entre D. Pedro II, D. João V e D. José, e o tempo da publicação, nessa década álgida do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, entre 1760 e 1770, que tantas alterações trouxe ao quadro político, religioso e social português.

No tempo do protagonista, o «cavalheiro cristão» Manuel José Soares de Brito, o leitor assiste aos processos de construção de uma personalidade espiritual, como de resto este estudo acentua em diversos momentos, mas também ao funcionamento quase quotidiano de uma família aristocrata, na «província», pautada por um paradigma de perfeição cristã, polarizado pela centralidade do director espiritual, pela necessidade da oração mental, da comunhão frequente, de práticas de cariz penitencial, de atenção a criados e «pobres», dispensando importantes informações sobre franjas da população tidas como «marginais» e como objecto de caridade cristã. No da publicação, 1761, José Adriano de Carvalho salienta a alta probabilidade da ligação à Jacobeia, movimento compósito de renovação espiritual, de profundas consequências culturais e políticas, pouco apreciado por sectores da piedade «esclarecida» e «regulada», típica das «Luzes» pombalinas, e que, muito provavelmente em conjunto com

outras publicações quase contemporâneas – a *Vida de Soror Maria do Lado*, em 1762, ou, no mesmo ano, as *Memorias da Vida, e Virtudes da Serva de Deos Soror Maria Joana, Religiosa do Convento Real do Santissimo Sacramento do Lourical da primeira Regra de S. Francisco*, que registavam a ligação a D. Miguel da Anunciação no próprio título – revelavam a presença de um tipo de piedade sensível a dimensões menos estruturadas de um «cristocentrismo» valorizador do sofrimento na cruz e do uso de cilícios e disciplinas. Recordemos que os textos que a Real Mesa Censória (1768) produzirá contra a Jacobeia e os sigilistas identificarão, com claras intenções políticas, o bispo de Coimbra como chefe de uma «seita»: *Colecção das Leis Promulgadas, Sentenças Proferidas nos casos da infame pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação da Seita dos Jacobeos, Sigilistas* (1769). Ao invocar a «Jacobéia» como quadro de referência espiritual do protagonista, José Adriano de Carvalho revisita um tema já desenvolvido em *As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para Jacobeia?*²² que em muito contribuiu para a necessidade de reexaminar esta

²² CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2004. *As Instruções de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para Jacobeia? Península. Revista de Estudos Ibéricos*. (1), 319-347.

temática, cujas coordenadas de investigação principais, no sentido da fixação de balizas teóricas precisas, se continuam a dever aos inspiradores trabalhos de António Pereira da Silva, muito especialmente *A Questão do Sigilismo em Portugal no Século XVIII: história, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*³ que, juntamente com o anterior *Mística e Racionalismo em Portugal no Século XVIII: uma página de História Religiosa e Política*⁴, de Luís Cabral de Moncada, inauguram um campo de pesquisa imprescindível ao conhecimento da história e da cultura política e religiosa do século XVIII. E se os trabalhos posteriores de José Pedro Paiva sobre as implicações da Jacobeia e do seu primeiro líder, Fr. Gaspar da Encarnação, na nomeação de uma «rede» de bispos «jacobeus» — *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777 e Baluartes da Fé e da Disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*⁵ demonstraram

³ SILVA, António Pereira da, 1964. *A Questão do Sigilismo em Portugal no Século XVIII: história, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*. Braga: Tip. Editorial Franciscana.

⁴ MONCADA, Luís Cabral de, 1952. *Mística e Racionalismo em Portugal no Século XVIII: uma página de História Religiosa e Política*. Coimbra: Casa do Castelo.

⁵ PAIVA, José Pedro, 2006. *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; PAIVA, José Pedro, 2011. *Baluartes da Fé e*

a evidência e o peso deste movimento de reforma espiritual, de pesadas consequências políticas em tempos pombalinos, os estudos de José Adriano de Carvalho, com especial incidência no texto que se segue, espelham a disseminação quase capilar de um programa de renovação espiritual, de cariz «rigorista», que fez o seu caminho entre vários sectores da nobreza de corte, numa espécie de movimento de oposição a um catolicismo «esclarecido», crítico dos excessos atribuídos à prática da oração mental e de devoções de características mais «físicas» como a do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, cuja maior divulgação se fará a partir dos anos 80 do século XVIII e em pleno no século XIX.

O trabalho quase em filigrana que este estudo de José Adriano de Carvalho proporciona contribui para «iluminar» um cenário em que o impacto da Jacobeia, independentemente da difícil definição como pauta espiritual precisa, como se pode ler em Elisa Maria Lopes da Costa⁶, não se limita à esfera episcopal e se alarga por amplos sectores da nobreza,

da Disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

⁶ COSTA, Elisa M. Lopes da, 2010-2011. A Jacobeia. Achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista. *Arquipélago – História*. 2.^a Série.

não apenas na corte, mas em lugares mais afastados como a Casa do Senhor da Lamarosa. Ainda que os anos 40 de Setecentos tenham assistido à forçada e «política» associação entre a Jacobeia e o Sigilismo, centrado na quebra do sigilo confessional, como é sabido, o «movimento» parece ter adquirido uma personalidade mais consistente, *malgré soi*, quando a Real Mesa Censória (1768), alguns anos depois da publicação deste «Cavalheiro Cristão», faz editar a acima citada *Colecção das Leis Promulgadas, Sentenças Proferidas nos casos da infame pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação da Seita dos Jacobeos, Sigilistas* (1769). No entanto, de acordo com a leitura atenta e informada de José Adriano de Carvalho, este «programa», que envolve Manuel José Soares de Brito, parece evocar os termos da licença do Santo Ofício aposta às *Vindícias da virtude* (1725), de Fr. Francisco da Anunciação, em 8 de Julho de 1702, assinalando que a obra «ensina o caminho da salvação, e perfeição mais direito; e seguro, sem perigo de enganos: mostra a necessidade da oração mental, e qual esta deve ser para ser mais fácil, e frutuosa não procurando nela visões fingidas, mas só o

XIV-XV, 31-48; COSTA, Elisa M. Lopes da, 1991-1992. Nótulas para o estudo da Jacobeia. *Bracara Augusta*. Braga. XLIII. 94/95(107/108), 375-407.

maior agrado de Deus, a pureza da alma, e perfeição da vida». Como explica Bruno Kawai Souto Maior de Melo, na tese de doutoramento intitulada *A Jacobeia entre significados e representações: reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (c. 1720-c. 1769)*⁷: «Ao longo da perseguição realizada pela Real Mesa Censória aos jacobeus, especialmente através das “*reflexões sobre o juízo decisivo*” e no “*Memorial sobre o cisma do Sigilismo*”, Anunciação não é acusado pelo que escreveu em suas obras espirituais, mas, antes, pela produção de um suposto texto intitulado “*máximas, princípios e teses da Jacobeia*”, que teria sido encontrado entre os papéis do bispo D. Miguel da Anunciação na ocasião em que este foi aprisionado. Como já dito, não foi possível afirmar com precisão a veracidade do texto, que foi publicado exclusivamente pela Real Mesa Censória, o que naturalmente nos faz duvidar de suas intencionalidades. Conforme o *Juízo decisivo*, foi através das “*máximas*” que o conteúdo herético das teses da Jacobeia foi divulgado, servindo como uma espécie de cartilha do movimento.» (p. 287).

⁷ MELO, Bruno Kawai Souto Maior de, 2020. *A Jacobeia entre significados e representações: reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (c. 1720-c. 1769)*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Ao estudar uma «vida» proposta como «exemplar», provavelmente no quadro de um processo de beatificação, que em muito contribuiria para o prestígio familiar, José Adriano de Carvalho identifica e articula os diferentes eixos da arquitectura textual: sublinha o registo discursivo escolhido, o diálogo, mostrando como a construção da «personagem» se faz sobre a dupla intervenção dos «dialogantes», destaca o início pouco usual para uma «biografia» — a morte do protagonista quase «em odor de santidade» —, porém eficaz como estratégia na elaboração de um texto desta natureza, percorre os momentos de formação «intelectual» de Manuel José Soares de Brito, contribuindo para aprofundar o conhecimento a que hoje podemos aceder através de fontes várias, desde os *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* (1734) de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, às considerações de Verney no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). A(s) leitura(s) que este estudo oferece autorizam a inserção do texto numa moldura de «conduta» espiritual, de renovação moral, que permite ao leitor seguir, pelas palavras de José Adriano de Carvalho, em momentos vários do dia ou da vida de Manuel José Soares de Brito, a organização de uma casa senhorial em espaços sociais afastados da corte, o comportamento de um *pater familias*, as dinâmicas

económicas, as políticas matrimoniais. Deixam também vislumbrar, numa espécie de registo quase de matizes «psicológicos», que o estudo acentua, preocupações com os filhos na Universidade de Coimbra, com roupas e cuidados com os «criados», quase ecoando o conselho de *Avizos pera o Paço* (1659), tratado atribuído a Luís de Abreu e Melo que, no aviso que intitula «Luzimento», sublinha: «Vestir brocados e trazer os criados rotos, ter muitos cavalos e criados, estes magros e aqueles mal vestidos, mais é ostentação de desgoverno que ambição de luzimento. As galas do senhor hão-de luzir nas dos criados, porque as dos criados fazem luzir as do senhor»⁸, salientando a obrigação aristocrata de velar por todos quantos constituem a «casa». Apontamentos de uma espécie de «real quotidiano», reconstituído pelas palavras dos intervenientes no diálogo, e que, por vezes, quase retratam pequenos pormenores de uma vivência concreta, oferecendo um cenário credível que devolve à personagem principal uma espécie de «segunda vida», mais breve, é certo, mas que comporta entre gestos individuais e opções de conduta, um quadro reconhecido como paradigmático. As fotografias da casa ajudam o leitor a vislumbrar o cenário em que

⁸ MELO, Luís de Abreu e, 1659. *Avizos pera o Paço*. Lisboa: na Oficina Craesbeckiana, p. 10.

decorria a vida de todos os dias, em momentos e acontecimentos seleccionados, de um aristocrata do século XVIII, entre vivência familiar, comportamento social e conduta espiritual. Por tudo isto, este estudo constitui um importante, muito precioso e inspirador contributo para «iluminar», em tempos «pombalinos», zonas em que, ainda hoje, muitas sombras subsistem.

Zulmira Coelho dos Santos

L'invention doit être partout pour que rien ne soit perdu du labeur humain. Élaborer un fait, c'est construire. Si l'on veut, c'est question de fournir une réponse. Et s'il n'y a pas de question, il n'y a que du néant.

Lucien Febvre*

* FEBVRE, Lucien, 1953. Examen de conscience d'une histoire et d'un historien. Em: Lucien FEBVRE. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, p. 8.

FIDALGO DA LAMAROSA

O século XVIII português, em termos de estrita cronologia, se abunda em edições de biografias devotas (santos..., beatos..., veneráveis, e ainda, mais singelamente, de outra gente de alta virtude) que, geralmente, rotulamos de hagiografias, outro tanto não se dirá das biografias que, quer pelo sujeito da narrativa quer pela finalidade do seu objecto, consideramos, nem sempre muito convictamente, não enquadráveis em qualquer «programa» de cariz religioso¹. Basta lembrar aqui a extrema pobreza da entrada «Biografia» do *Dicionário*

¹ MENDES, Paula Almeida, 2017. *Paradigmas de papel: a escrita e edição de «vidas» de santos e de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI–XVIII)*. Porto: CITCEM, pp. 435-457, fornece uma utilíssima lista de hagiografias publicadas, como o título indica, entre Quinhentos e fins de Setecentos.

de *Literatura* relativa ao século XVIII à qual escapou até a *Vida do Infante D. Luiz*, de José Miguel de Portugal, conde de Vimioso (Lisboa, 1735), de méritos literários não despendiendos mesmo se filtrados pelas rabugentas reticências de L. A. Verney à extensão das elogiosas aprovações e de outros paratextos preliminares²... Cervantes já tinha afinado por esse diapasão...

Em qualquer dessas entradas, mas, provavelmente, melhor na primeira, poderia muito bem ter cabido ainda uma pequena obra, anónima — *O Cavalheiro Christão. Diálogo sobre a vida, virtudes, e acções do Senhor Manoel Jozé Soares de Brito, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo* (Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1761)³ —, livro que ao exigente

² VERNEY, Luís António, 1950 [1746]. *Verdadeiro método de estudar*. Ed. de A. Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 109: «Vi há anos a *Vida do Infante D. Luiz*, em 4^o, escrita pelo Conde de Vimioso, da qual as aprovações, sem encarecimento algum, compõem metade do volume...». Claro que, presente o volume original, é fácil verificar não apenas o intencional exagero da crítica de Verney quanto à falta de encarecimentos e à extensão das aprovações oficiais — do Santo Ofício..., do Ordinário... e do Paço — ou também os elogios em verso ou em prosa, como a carta de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, mas ainda as contas não muito exactas da nota do moderno e eruditíssimo editor...

³ Citaremos sempre esta obra por *O Cavalheiro Christão*..., reduzindo, nas citações do texto, as abundantes maiúsculas

Inocência não «parece[u] de todo mal escrito...»⁴. E além desses méritos, talvez como que a sublinhá-los, terá sido, a fiarmo-nos no testemunho um tanto divertido de Nicolau Tolentino, obra de alguma divulgação. Pelo menos, andava exposta na montra de alguma livraria de Lisboa ao lado de obras de leitura garantida por baratas⁵... «Vivido» entre os começos do reinado de Pedro II e os auges do poder de Pombal, cremos que este livro raro e dos raros que nos oferecem como que «hum retrato fiel, não de seu corpo, mas do [...] espirito» de um leigo de «sólida» educação, «cuidadoso Pai de famílias»⁶, fidalgo de província de grossas rendas, «centro» de uma rede familiar que, detendo-se em Coimbra e seu termo, unia

ao uso actual, apenas as mantendo quando o seu emprego pelo autor se revelar declaradamente simbólico; introduzimos a separação dos pronomes em situação de ênclise «recebelo» > recebê-lo; mantivemos a pontuação do original; reduzimos o habitual «;» a ponto final ou a ponto de interrogação consoante o sentido pareceu exigir.

⁴ SILVA, Inocência F. da, 1959. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: [s.n.], vol. II, p. 64.

⁵ ALMEIDA, Nicolau Tolentino de, 1968. Sátira oferecida a D. Martinho de Almeida, no ano de 1779. Em: *Obras*. Lisboa: Estúdios Cor, p. 227: «Iremos ler no outro lado, / Onde acaso os olhos pus: “Em quarto grande, e estampado / Saiu novamente à luz / *Carlos Magno comentado*”: // “Na mesma loja hão-de achar: / *As Obras de Caldeirão*, / Que em bom preço se hão-de dar; / E o *Cavalheiro Cristão*, / E as *Regras de partejar*”».

⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 146.

fidalguias de Braga a Olivença, e de profunda piedade – o seu autor insinua-nos abertamente a sua «santidade» –, já deveria ter merecido que se lhe dedicasse alguma atenção.

O livrinho apresenta-se em um 8º de 254 páginas, por 216 das quais, com paginação própria, se estende a biografia em quatro diálogos, género com provas já dadas em alguma obra de carácter hagiográfico, como, por exemplo os *Dialogos sobre a vida, e a morte do muito religioso Sacerdote Bartholameu da Costa, thezoureiro môr da Sè de Lisboa* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1611) por António de Carvalho Parada. No caso presente, os diálogos são precedidos por uma extensa dedicatória do anónimo autor ao filho herdeiro do biografado e pelas costumadas licenças, todas datadas de Novembro e Dezembro de 1760, das quais uma, a do Paço, é, nada menos, assinada por Diogo Barbosa Machado. Tem ainda, como paratexto final, em espécie de anexo, uma carta do autor anónimo, que é também o dialogante condutor de toda a obra, enviando ao amigo com quem conversara um também anónimo *Elogio de Manoel Jozé Soares de Brito... recitado nas solemníssimas honras do seu Aniversario a 2.de Mayo de 1761 na igreja dos Reverendíssimos Monges de S. Jeronimo aonde jaz sepultado*.

Todo o conjunto é como que ilustrado pela bela gravura em água-forte de J. S. Carpinetti,

datada de 1761⁷, que, ao abrir do volume impõe o retrato em pose do biografado, senhor, como precisaremos, da quinta da Lamarosa, em Tentúgal⁸.



Devemos lembrar que a obra foi, obviamente, escrita depois da morte de Manuel José Soares de Brito em 2 de Maio de 1760 e enviada para aprovação logo a meados de Novembro desse mesmo ano, pois de 21 deste mês data a aprovação da obra, por parte do Santo Ofício, pelo franciscano Fr. Timóteo da Conceição, sendo a licença do Tribunal datada de 28 desse mesmo mês. Mas também convém notar que este cerca de meio ano, em números redondos, em que foi escrita a «vida» indicia uma urgência que as outras duas habituais aprovações, do Ordinário e do Paço, datadas respectivamente de 13 de Dezembro e de 29 desse mesmo mês,

⁷ SOARES, Ernesto, 1971. *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, vol. I, pp. 158-159, ocupa-se desta gravura.

⁸ A quinta da Lamarosa ainda hoje existe com a sua grande casa datável dos fins do século XVII – dela publicamos alguma ilustração –, situa-se na antiga freguesia do Santo Varão da Lamarosa, que, até 1853, integrava o concelho de Tentúgal. Extinto este, passou, nessa data, para o concelho de Coimbra.

parecem continuar a sugerir... Tal rapidez de aprovações pode, por seu turno, fazer-nos pensar ter havido, provavelmente, burocracias facilitadas nas três entidades aprobatórias... E a definitiva aprovação da biografia é logo de 20 de Janeiro de 1761. E esta pressa de publicação poderá ainda notar-se se tivermos em conta que, quando, em meados de Novembro, entregou a obra para aprovação, o autor ainda não *conhecia* o *Elogio* proferido nas honras fúnebres de 2-5-1761. Este último texto que, como já lembrámos, vem na sequência de uma «carta» que o autor escreve a um seu amigo, juntou-o — ele ou o editor? — à obra como um apêndice... E estes textos finais da obra — carta e *Elogio* — também não devem ter sido submetidos a qualquer aprovação... Outro índice de urgência?

Por fim, o editor deverá ter organizado o volume... Como não sabemos a data ou, sequer, o momento em que recebeu a gravura com o retrato de Manuel José Soares de Brito, podemos pensar que o modo anómalo como vem inserido no livro — na primeira página ímpar do volume e não, como habitualmente, na primeira página par frente à folha de rosto, o que quase transforma a gravura numa folha de guarda — deverá ser consequência de a ter inserido depois de o volume estar quase totalmente pronto. Pouco antes de ser encadernado.

Tudo somado leva-nos a pensar que o volume – a «vida» – tinha de estar pronto ou, menos categoricamente, era conveniente que estivesse pronto em Maio de 1761, já que a 2 desse mês se celebraria, com «solemnissimas honras», o primeiro aniversário da morte do biografado... Uma preparação ou um contributo ou, mais modestamente, uma sugestão para levar à abertura de um processo diocesano *de vita, virtutibus et moribus* com miras aos altares?... Será simples coincidência – também as há – com o que se insinua no título da obra – «sobre a vida, virtudes, e acções» de Manuel José Soares de Brito...? Era um passo, se não obrigatório, bem usado para o iniciar..., ainda que, por muitos motivos, não fosse de resultado garantido⁹... E, em apoio desta sugestão, talvez não seja de esquecer que a «vida» abre pela evocação da «morte preciosa» do fidalgo da Lamasosa... Morte que é o nascimento dos santos para a vida celestial. E, se for legítimo interpretar uma alusão do autor a que lhe foi *pedida* «huma notícia da vida e virtudes de

⁹ Dois exemplos, entre muitos outros: em 1618, apesar de o então bem conhecido Pe. Manuel da Veiga (S.J.), ter escrito, em Coimbra, uma *Relação da vida, costumes e morte do P. Francisco Soares* (BNP. Cod. 13060), o processo não teve andamento; mas em 1645 o Pe. Felipe Alegambe, também jesuíta, fez publicar *De vita et moribus P. Ioannis Cardinini Lusitani è Societate Iesu* (Romae: Typis Francisci Caballi), que esteve na origem do processo canónico.

Manoel Jozé» e não a sua genealogia¹⁰, talvez se possa aceitar que, afinal, a sua vida teria sido — é? — um trabalho encomendado para esse fim.



É esta «vida ajustada»..., «vida santa»..., «vida perfeita» que o autor, sob o nome de Faustino, expõe ao seu amigo Feliz — os nomes insinuam bem o gozo que ambos sentem perante a «morte preciosa» de Manuel José Soares de Brito — no intuito não só de o pôr ao corrente de dimensões insuspeitadas da sua biografia — de homem e de cristão —, mas também de o levar — a ele e a todos, antes de mais a cavalheiros..., mas ainda a eclesiásticos..., a religiosos¹¹ — a imitar o fidalgo da Lamarosa. O diálogo, nas suas quatro «sessões», decorre em ambiente rural — duas quintas vagamente situadas nos arredores de Coimbra —, mas, como iremos assinalando, as alusões à natureza campestre ou à vida do campo são, além de extremamente escassas, pouco mais que tópicas. Se algum destaque merecem apenas as referências às flores cultivadas para ornamento da capela da Lamarosa e as páginas dedicadas

¹⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 19 (itálico nosso).

¹¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 67.

ao cultivo do bicho-da-seda, *hobby* que Feliz descobre compartilhar com Manuel José Soares de Brito, naturalmente aproveitadas para propor o assunto em tom alegórico-religioso, sem contudo, descuidar de aludir à dimensão, muito epocal, económica, desse cultivo...



Livro escrito por um amigo que, na dedicatória, desculpando-se por se ter encoberto o nome, se declara igualmente «grande amigo» do filho herdeiro — deveria ser, pois, alguém bem seu conhecido —, talvez mereça a pena ver como o autor se construiu, antes de mais, como em principal dialogante — Faustino — das «práticas, com que se entretiveram dois Cavalheiros tam prudentes, e pios, como illustres...», sobre a vida e virtudes de Manuel José Soares de Brito.

Faustino não parece que viva numa quinta, mas, sim, residir em uma «Vila» — Tentúgal? —, pois aí encontra o seu coloquante¹², e para lá se recolherá uma tarde¹³... Era, como o seu «retratado», terceiro-franciscano — várias vezes alude a «[seu] padre S. Francisco»¹⁴. Em sua casa, tinha oratório, pois aí, imitando

¹² *O Cavalheiro Christão...*, p. 91.

¹³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 201.

¹⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 44, 167.

Manuel José Soares de Brito, rezava com toda a sua família¹⁵... Como ele, era também leitor assíduo da Bíblia¹⁶ – possuía «huma piquena», de bolso, em latim, por onde, algumas vezes o vemos citar¹⁷ – e, coisa que, por ser grande leitor, igualmente se dirá do fidalgo da Lamarosa, tinha livraria¹⁸. Compreende-se que, como muitos do seu tempo¹⁹, lesse, e citasse, *As aventuras de Télémaque*²⁰ e arejasse, apropriadamente, algum sermão do P. Vieira²¹... É, claro!, possível que Faustino tenha lido L. A. Verney, mas, se não o leu, também estava ciente do «pessimo methodo por que geralmente se ensinava em Portugal desde o reynado de ElRei D. João III» a língua latina²², língua que,

¹⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 114, 117.

¹⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 40, 41.

¹⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 91.

¹⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 40.

¹⁹ CRISTÓVÃO, Fernando, 1983. Presença de Fénelon no espaço literário luso-brasileiro. Em: *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*. Paris: Fundação Calouste Gulbelkian, pp. 135-150.

²⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 5.

²¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 81. Não nomeia António Vieira, mas é fácil descobrir que quando Faustino afirma que «Não pertencia Manoel Jozé à classe dos que hum mui celebre Pregador Portuguez chamou Catholicos do Credo e hereges dos Mandamentos», está a remeter para o «Sermão da Quinta Dominga da Quaresma» de António Vieira (*Sermões*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1959, vol. IV, p. 129).

²² *O Cavalheiro Christão...*, p. 20; VERNEY, Luís António, 1950 [1746]. *Verdadeiro método de estudar*, ed. cit., pp. 135-

estudada em Braga, Manoel Jozé — assim se lhe referem muitas vezes ao longo da obra — «entendeo, fallou e escreveo com pureza»²³. A mesma admiração, se não pasmo, envolve o seu estudo da Filosofia, igualmente prosseguido em Braga, pois logrou ser «tam bom Filosofo quanto era possivel aos que naquelle tempo não ouvião nas escolas mais, que a confuza voseria da barbaridade dos Arabes»²⁴. Amplificação de Verney para quem «as escollas de Filosofia deste Reino necessitavam ainda de maior reforma que as outras»²⁵? Nunca o saberemos, pois, infelizmente, tendo-lho o seu dialogante pedido, recusou-se a «fallar mais claro»... E, como veremos, será também com meias-palavras que há-de responder a uma velada alusão do seu amigo dialogante à falta de verdade nas relações políticas de e com Roma²⁶...

-144 [«Carta segunda: Danos que resultam da Gramática Latina que comummente se ensina...»].

²³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 20.

²⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 20.

²⁵ VERNEY, Luís António, 1950 [1746]. *Verdadeiro método de estudar*, ed. cit., vol. III, p. 2 [«Carta oitava: Trata-se da Filosofia. Mau método com que se ensina em Portugal...»].

²⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 84-85; logo depois, o tom crítico será um pouco mais duro com alusão às «potegidas calumnias, que temerião vomitar os mais infames discipulos de Machiavelo» que corriam no «mesmo centro da verdade». Alusões, talvez, ao corte de relações com Roma entre 1728 e 1732, pois uma alusão ao corte de actividades

Apesar de se desculpar, junto do filho herdeiro, da sua ousadia de falar sobre quem «tinha tão pouca notícia» — reverência ao tópico, claro! —, sempre vai dizendo que «não hé pouco o que diz»... Um «retrato do mais cabal desempenho...»²⁷ não se faz com pouco, mesmo sabendo-se que dos santos «o menos é o que se sabe»²⁸. Há muito que conhecia Soares de Brito, pois encontrou-o no Porto onde o fidalgo viveu, ocasionalmente, antes de 1718²⁹, e permanentemente entre 1721 e 1729³⁰. Contas feitas, conhecia-o, pelo menos, há 42 anos, o que parece conferir-lhe uma, para o tempo, propecta idade... Com ele, naturalmente, conversava... «Dizia ele muitas vezes...»..., «Nunca de tal me falou...»..., «logotópicos» que remetem para esse tempo conversacional... Havia, porém, assuntos que Manuel José Soares de Brito não gostava de

diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé de 1760 a 1769 parece difícil, ainda que possível, dado, como assinalámos, estar já *O Cavalheiro Christão...* submetido à censura eclesiástica em Novembro de 1760.

²⁷ Na sua dedicatória o autor insiste pretender com a sua obra fazer «hum fiel retrato não de seu corpo, mas de seu espirito...», mostrar nesse «retrato o mais cabal desempenho do muito que pedem a hum nobre Pay de familias...».

²⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 13.

²⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 34.

³⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 43-44.

abordar³¹, entre eles genealogias e heráldicas, certamente com pesar do seu biógrafo que nelas se revelará um experto³²... Depois, frequentava, com alguma intimidade, a quinta da Lamarosa, pois conhece com precisão o número e categorias dos criados e servidores... e anota, em uma ocasião, «o magestoso asseyo» do vestir da senhora da casa e suas filhas³³. Foi mesmo testemunha de alguns exercícios de piedade raros num fidalgo, como, por exemplo, lavar os pés aos pobres em Quinta-Feira Santa no Porto³⁴, ou de algum momento íntimo, emotivamente forte, da sua vida espiritual: viu saltarem-lhe, «com vehemencia», as lágrimas ao discorrer sobre a formosura de Deus³⁵. Como teremos ocasião de as apreciar, aqui apenas digamos que lhe ouvia muitas orações... e até outros seus escritos de vivência espiritual – entre outros, a «Protestação jurada de fé» e a «Memória dos seus propósitos» – que, apesar de longos, Faustino aprendeu de memória e que em momento oportuno comunicou ao seu dialogante com a promessa de lhos enviar por escrito³⁶.

³¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 15, 134.

³² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 136-138.

³³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 54-55.

³⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 54-55.

³⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 94.

³⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 75, 120.

Deste modo, *O Cavalheiro Christão...* apareceria, em larga medida, como um pequeno livro de memórias que, a ser verdadeira a hipótese de estar destinado a contribuir para desencadear ou apoiar um processo diocesano *de virtutibus et moribus*, se era um importante testemunho vivo e directo, não era, por si mesmo, um testemunho qualificado. Por isso, o autor (Faustino) cuidou de apresentar testemunhos escritos — cartas, especialmente — de sacerdotes — Pe. Nuno dos Guimarães, da Congregação do Oratório do Porto — e, sobretudo, de religiosos que dirigiram espiritualmente ou ouviram em confissão o fidalgo da Lamarosa, como, por exemplo, o «Venerável monge» dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (Crúzios) do mosteiro de Grijó (arredores do Porto). Ao todo, o autor logrou, «por huma casualidade», ler várias cartas do crúzio — copiou ou extractou umas onze — datadas ou datáveis de c. 1730 — nada se nos diz sobre o onde ou como as encontrou —, e outras duas, mais recentes, de sacerdotes que, ultimamente, o ouviram em confissão sacramental e poderão mesmo ter assumido a direcção espiritual de Manuel José Soares de Brito.

Culto e pio, bem documentado, Faustino estava bem situado para largamente recordar e logo passar a papel a biografia do seu amigo. Uma vida singular, pois, diferente-

mente do que normalmente ocorria nas coisas de hagiografias, trata-se da biografia de um leigo escrita por leigo seu amigo e não por um seu confessor ou director espiritual ou destacado sacerdote que dele recolhia papéis e tradições...

Feliz, fidalgo, provavelmente de uma nobreza não muito antiga, pois, ao parecer, talvez ainda tivesse o elmo do seu brasão fechado³⁷, tem fumos de genealogista e, como muita fidalguia de todos os tempos, domina a bibliografia pertinente para estabelecer a genealogia dos Soares de Brito da Lamarosa³⁸. Possui uma quinta muito bem tratada onde não parece viver. Aí, porém, decorrem o terceiro e quarto diálogos. A propriedade, situada, segundo cremos, também não longe da «Villa» (Tentúgal?)³⁹, tem uma casa com uma aprazível varanda que

³⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 138.

³⁸ Feliz arranja maneira de discorrer pelas origens familiares de Manoel Jozé, citando, com bastante precisão bibliográfica, o «Discurso genealogico dos Maldonados», isto é, o *Espelho exemplar de Virtudes, Armas, e Letras em breve discurso genealogico da illustre familia dos Maldonados, e ramallete panegyrico de flores firmado nas cinco lizes de suas armas*. Amberes: [s.n.], 1724, o «Conde D. Pedro» e ainda «Faria», quer dizer, o *Nobiliario del Conde de Barcelos, don Pedro, hijo del Rey don Dionis de Portugal*. Madrid: Alonso de Paredes, 1646, anotado por Manuel Faria e Sousa com base na edição que da mesma obra publicara J. Baptista Lavanha (Roma: Estevan Paolinio, 1640).

³⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 91.

botava para um delicioso *locus amoenus*⁴⁰ e um «bello mirante» onde conversar pelas tardes..., possui um oratório (capela?), «bem asseado», servido pelo respectivo capelão. No dia em que Faustino o foi visitar aí ouviram missa «sem ser dia de preceito»⁴¹. Após o jantar (o nosso actual almoço) que «foy servid[o] com summo asseio, e todo o regalo dentro dos limites, que sempre excedem aquelles, *quorum Deus venter est*», «já se divertiram nas hortas, já nos pomares, já no bosque e no campo». O passeio foi, como era de prever, ocasião para ir Faustino satisfazendo a curiosidade do amigo sobre a vida do fidalgo da Lamarosa incutindo-lhe o desejo de o imitar. Contudo, com o seu quê de *frondeur* – crítica, por exemplo, abertamente o clero que gasta as rendas da Igreja em luxos e «pomposissimas cazarias, quintas curiosissimas, como nenhum secular»⁴², em lugar de as gastar com os pobres a quem pertencem de Direito⁴³ ..., os sacerdotes que lêem desatentamente o breviário⁴⁴ e, noutro registo, como aludimos, espicaçando discre-

⁴⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 89: «Dois dias, depois que chegou Feliz à sua quinta recreando-se muito de manhã em huma varanda, com a delicioza vista do campo, e a doce armonia dos passarinhos desassisados pelo brando sussurro de hum ribeiro, que atravessa toda a quinta...».

⁴¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 90.

⁴² *O Cavalheiro Christão...*, p. 68.

⁴³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 68-73.

⁴⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 65, 172.

tamente, o seu amigo, lembra essa falta de verdade que grassa na sociedade e, muito principalmente, no «centro da verdade» (Roma) onde «protegidas» circulam «calúnias [que] temerão vomitar os mais infames discipulos de Machiavelo»⁴⁵, tendo, por vezes, o seu interlocutor de lhe cortar a palavra – e, em estilo de amigo das Sociedades Económicas do tempo, apaixonado pela criação de bichos-da-seda, citando, a tal propósito, o Pe. Rafael Bluteau..., Feliz permite-se, muitas vezes, dizer o que o seu amigo, por prudência, cala⁴⁶, até porque não dizia directamente respeito ao «cavalheiro cristão» de que tratam... Ao longo da conversa não faltarão ocasiões em que, com algum entusiasmo, se proponha vir a ser, efectivamente, um imitador de Manoel Jozé...



Bem vistas as coisas, o autor «construiu-se», como tantas vezes acontece no género

⁴⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 83-85; este duro tom crítico poderá ler-se como alusão, talvez, ao corte de relações com Roma entre 1728 e 1732, pois uma referência ao corte de actividades diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé de 1760 a 1769 parece difícil, ainda que possível, dado, como assinalámos, estar já *O Cavalheiro Christão...* submetido à censura eclesiástica em Novembro de 1760. Ou, com enrodilhadas razões, aludirá o autor às justificações que levaram à expulsão da Companhia de Jesus em 1759?

⁴⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 74, 85.

(Diálogo), sobre duas personagens um tanto contrastantes, mas convergentes nos seus interesses..., nos seus desejos..., no conhecimento do seu tempo, em especial desses anos que vão de 1688 a 1760⁴⁷... Dele, afinal, talvez saibamos mais do que saberíamos se lhe tivéssemos desvendado o anonimato através de qualquer escorreita nota de um repertório bibliográfico... É esse autor, real, assim autoconstruído, que se permite oferecer uma «vida» coerente e bem inserida no seu contexto social fixada em um «fiel retrato» polido de sombras – «acçam digna de censurar-se»..., «verdura»... – que, eventualmente, o desvirtuassem ou não condissessem com a imagem pública de Manoel Jozé. E, desse delicado trabalho, o filho herdeiro do fidalgo da Lamarosa seria, insinua-o o autor na dedicatória, uma excelente testemunha dos seus acertos.



Como já apontámos, o autor, que a ela não se achou presente – coisa de que sempre nos admiraremos –, inicia o seu relato evocando a «preciosa morte» de Manoel Jozé – *Pretiosa*

⁴⁷ Nesta convicção, designaremos o anónimo a quem se deve a obra quer por autor quer por Faustino.

in conspectu Domini mors sanctorum eius (Pls. 116, 16) – para isso acumulando alguns testemunhos presenciais de sacerdotes amigos que lhe insinuam «couzas tão admiráveis»..., «maravilhas»..., «prodígios» em torno do cadáver e permitiam inferir de outros – a multidão de pobres lastimando, nos pátios da casa, em alta voz, a morte do seu benfeitor..., a chuva que parou para deixar brilhar o sol no momento do funeral... – quanto «quiz o Senhor honrar o seu servo»⁴⁸. Tal processo narrativo – os retóricos do tempo chamar-lhe-iam analepse – permite-lhe preparar hagiograficamente o seu amigo dialogante – e o seu leitor hoje – para a «vida admirável» – e, em tantos aspectos, tão discreta, quase secreta – que lhe cabe expor e, como imaginamos pelo que fica sugerido, revelar e, conseqüentemente, divulgar.

Sem aludir explicitamente ao tópico *nobilis genere, sed multo nobilior sanctitate...* que remonta, pelo menos, a S. Jerónimo⁴⁹, demora-se pouco na genealogia e estende-se na educação de Manuel José Soares de Brito.

Nasceu em Braga em 12-12-1688, quer dizer no dia da Expectação da Virgem Maria, «de esclarecidos avòs [que] forão chefes [dos]

⁴⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 4-12.

⁴⁹ S. JERÓNIMO, 1962. *Epitaphium Sanctae Paulae*. Em: *Cartas de San Jerónimo*. Madrid: BAC, vol. II, p. 253. Edição bilingue.

Soares e dos Maldonados [...] e assi mesmo dos que o forão dos Lançõs, Brittos, Abreus, Gamas, e Lobos...»⁵⁰. Eram naturalmente fidalgos da Casa Real⁵¹ e senhores de uma grande casa que, dizemos nós, parece se centrava no morgadio da Lamarosa.

Como ao autor não interessa fazer, porque não foi o que se lhe pediu, «huma genealogia» — contudo lá se foi alargando —, mas, sim, «huma noticia da sua vida e virtudes»⁵², a sua educação, conforme já sabemos, teve, com todas as limitações que o autor aponta e as que, implicitamente, sugere, os seus fundamentos — Filosofia e Artes — em Braga, o que não impediu que fosse «bom latino, e também bom filosofo para aquelle tempo»⁵³. Da cidade arquiiepiscopal nortenha, Manoel Jozé, órfão de pai — José Soares de Brito falecera, em Braga, em 1690 —, foi, por decisão familiar — da mãe e do avô paterno —, estudar Jurisprudência para Coimbra. Aí — e a informação é preciosa do ponto de vista hagiográfico, pois constitui como que um prenúncio de excelsitudes

⁵⁰ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, 1989. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Edição Carvalhos de Basto, vol. I, p. 122, coloca as suas incompletas referências a esta família em «Abreus da Grade».

⁵¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 14-19.

⁵² *O Cavalheiro Christão...*, p. 19.

⁵³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 21.

futuras —, «para que não malograsse a sua bella educação nos tempos lectivos, viveo recolhido no Collegio da Trindade, izento dos perigos a que expõem os académicos, com as saidas de noite»⁵⁴. Se nada sabemos dos tempos que viveu nesse famoso colégio da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos — porque não se teria alojado, como muitos das elites aristocráticas, e o farão seus filhos, em casa própria na cidade?⁵⁵ —, sabemos, contudo, que em Coimbra foi o jovem fidalgo, agora completamente órfão, protegido por um inquisidor e um lente em Cânones, seus tios maternos⁵⁶... Nada se nos diz sobre por quanto tempo andou pelas ribeiras do Mondego, mas cremos que foi sol de pouca dura..., pois, órfão, morgado, Familiar do Santo Ofício (15-2-1707)⁵⁷ e, talvez,

⁵⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 21; estes «perigos» assim aludidos poderão contextualizar-se no *opus magnum* em que Fernando Taveira da Fonseca estudou *A Universidade de Coimbra (1700–1771) (Estudo social e económico)*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1995, pp. 342, 395-416.

⁵⁵ FONSECA, Fernando Taveira da, 1995. *A Universidade de Coimbra (1700–1771)*, ed. cit., pp. 282-283, *et passim*.

⁵⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 22; de acordo com o autor, foram o inquisidor D. José da Gama Lobo Maldonado e seu irmão «Francisco Xavier Maldonado, que chegou a tomar capello em Canones, mas logo morreo».

⁵⁷ ANTT. *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, «Manuel». Diligencia de habilitação de Manuel José Soares de Brito e Maldonado*, mc. 64, 1303 (Carta passada em 5-4-1707).

já cavaleiro da Ordem de Cristo⁵⁸, optou – teve de optar, será mais justo dizê-lo tendo em conta as circunstâncias sociais do tempo – por ir para Braga governar a sua «abonada casa», em que entrava, sem que possamos dizer exactamente desde quando – c. 1696⁵⁹ – o morgadio de Santa Bárbara na Baía (Brasil)⁶⁰. Para já – mais tarde teremos mais algumas indicações –, deste governo apenas se nos conta uma decisão, o assegurar um grande dote de casamento a uma sua irmã – que, «resplandecendo» «as maiores,

⁵⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 167, permite situar a sua profissão na Ordem de Cristo em anos da sua juventude, pois escreve: «...a sua profissão na Ordem de Cristo, que fez lá nos seos primeiros annos, ainda antes de cazar...», pelo que terá professado antes de 1718.

⁵⁹ Esta data resulta de sabermos que a anterior e primeira administradora do morgadio, Francisca Pereira do Lago, faleceu em 9-2-1696, tendo-o Manuel José Soares de Brito herdado à volta dessa data, pelo que teria 9 anos. Para estas datas e acontecimentos, COSTA, Afonso, 1946. *O morgado de Santa Bárbara e seu instituidor. História e genealogia*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional, pp. 18-19.

⁶⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 197. A posse deste importante morgadio, fundado, em 1641, por Francisco Pereira do Lago e sua mulher Andreza de Araújo, pela família Soares de Brito, é consequência do casamento, em 1657, de Madalena Pereira do Lago, filha segunda dos fundadores com Teotónio Soares de Brito. COSTA, Afonso, 1946. *O morgado de Santa Bárbara e seu instituidor. História e genealogia*, ed. cit., pp. 8-18, permite seguir as complexas e complicadas vias genealógicas por que chegou o disputado morgadio à posse dos avós de Manuel José Soares de Brito.

e as mais generosas virtudes», diz bem da sua equidade⁶¹. Foi vivendo, «por alguns tempos» — lei (quase) da hagiografia, estas abstracções cronológicas... —, entre Braga e Porto «com aquella regularidade, que constitue perfeito ao cavalheiro e ao christão, sempre na mais civil, e sincera intelligencia com os principaes de huma, e outra cidade, e na mais sincera affabilidade com todos...»⁶² e, mesmo assim, não se livrou de chocar com essa autoridade religiosa e civil suprema que, em Braga, era o arcebispo⁶³. Afabilidade com limites, naturalmente, pois, se «era urbano, e civil para todos até onde o permite o Evangelho [...], só se familiarizou com aquelles, de quem podia receber proveito ou no Moral ou no Político»⁶⁴. Faustino pode ter lido B. Castiglione e G. Della Casa — não é muito provável para estes anos «ilustrados» —, ou a *Academia nos montes e conversações de homens nobres* (Lisboa, 1642) de Manuel de Campos em que vem formulado esse ideal de

⁶¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 23-24.

⁶² *O Cavalheiro Christão...*, p. 24.

⁶³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 33-34, não nomeia o arcebispo, apenas referindo a contenda com «Sua Illustrissima Dignidade», mas é fácil deduzir que antes de 1618 tem que indicar o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que governou a arquidiocese entre 1704 e 1727 (PAIVA, José Pedro, 2006. *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 578).

⁶⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 26.

«cavalheiro cristão» — o que é, talvez, ainda menos provável dada, ao parecer, a escassa circulação do livro e o quase anonimato do autor⁶⁵ —, mas poderia bem ter apreciado a breve *Instrucçam que o marquez de Valença D. Francisco de Portugal... dá a seu filho D. Joseph Miguel de Portugal conde de Vimioso* (Lisboa, 1745) em que, num discurso epígono de um velho género literário — a «carta de instrucção...» —, aristocraticamente se materializa o mesmo ideal⁶⁶. Esses anos de «moço illustre, solteiro, só, e senhor» que, morando ora em Braga ora no Porto, administrava «hum casa abonada», não foram anos perdidos para a sua educação..., melhor, auto-educação, pois, evitando «os danos do ocio», «sendo dotado de hum engenho penetrante», «com a frequente lição de bons livros» e «o socorro das linguas Hespanhola, Francesa, Italiana, que soube alem da Latina,

⁶⁵ Permitimo-nos remeter para o nosso trabalho *Recepções, silêncios e desilusões. Da Corte na aldeia à Academia nos montes*. Em: Carlos Ascenso ANDRÉ et al., coords., *Rústicos, filósofos e avisados pastores. No 4.º centenário da morte de Francisco Rodrigues Lobo*. Leiria: Cultura, 2023, pp. 93-111.

⁶⁶ CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2009, compilação, leitura e edição. *Pais e nobres - I - Cartas de instrucção para a educação de jovens nobres (Séculos XVI-XVIII)*. Porto: CIUHE; CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2009, compilação, leitura e edição. *Pais e nobres - II - A descendência portuguesa de um texto célebre: a "Instrucción" de Juan de Vega a seu filho Hernando de Vega (1548)*. Porto: CIUHE.

e da materna com perfeição, e da Ingleza que entendo com sufficiencia», adquiriu «ao mesmo tempo todas as noticias que são indispensaveis a hum cavalheiro perfeito»⁶⁷. Que «bons livros» teria lido por estes anos? Nada se nos diz de concreto sobre eles, e bem podemos lastimá-lo, pois seria uma informação preciosa para conhecer a «biblioteca» de um jovem fidalgo de província... Leria já por estes anos a obra do Pe. Rafael Bluteau sobre a criação dos bichos-da-seda editada desde 1679⁶⁸? Pelo menos, tinha-a na sua livraria⁶⁹ — Faustino, meio hagiógrafo, apenas destacará — e, mesmo assim, avaramente — as suas leituras de autores espirituais... e reduzirá os seus divertimentos à criação dos bichos-da-seda, pois até à caça, apesar de lhe ser afeiçoado, tinha renunciado o fidalgo da Lamarosa⁷⁰... Até onde iria o seu interesse pelas «machinas com que os philosophos explicam os segredos da natureza»? Apenas sabemos que muito apreciava vê-las — interpretaremos: assistir a uma explicação sobre elas..., vê-las funcionar? —, mas diz-nos o seu amigo autor que «estando hum dia vendo humas

⁶⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 25-27.

⁶⁸ SILVA, Inocência F. da, 1906. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Continuação e ampliação por Brito Aranha. Lisboa: Imprensa nacional, vol. XVII, p. 153.

⁶⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 154.

⁷⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 152.

[dessas] machinas [...] deixou tudo na occasiam do seo mayor gosto e divertimento» para ir ouvir missa⁷¹... Interesse pela criação dos bichos-da-seda e gosto pelas máquinas poderão indiciar interesses de um fidalgo (levemente, sequer) ilustrado?⁷².

«Cavalheiro perfeito» – teoricamente... –, ainda lhe passou pela cabeça procurar aquela «instrucção experimental, que só se adquire saindo às cortes estrangeiras, mais civilizadas»⁷³... Naturalmente, antes de todas, «passar à corte de França»... E se não foi a Versalhes..., nada perdeu, pois, segundo o autor, «já então [tinha] Portugal a gloria que possui no presente reinado, de dar a toda a Europa liçoens,

⁷¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 189.

⁷² SANTOS, Zulmira Coelho dos, 2007. *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; FCT, pp. 253, 264, 288-289, 318, *et passim*, aborda o esforço do nosso oratoriano em divulgar os temas da «Física Natural» entre a nobreza de corte. A correspondência do jovem conde de Assumar, D. João de Almeida, com o seu pai, o marquês de Alorna, editada por MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, 2000. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração*. Lisboa: ICS; Quetzal Editores, revela dados muito interessantes sobre este gosto pelas máquinas e experiências da Física num moço educado em Paris e até num conde de Cantanhede que, à data da publicação do *Verdadeiro método de estudar*, era um dos que «fazia materialmente bastantes experiências» sobre a electrização dos corpos.

⁷³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 27.

até da mais alta Política...»⁷⁴. Teria este fidalgo da Casa Real, na sua juventude, andado pela corte do Magnífico? Rendas não lhe faltariam... O biógrafo omite qualquer alusão a esse respeito, mas em paralelo à sua tradicionalíssima defesa do Rei como «hum Vice-Deos em a terra», não deixa de acentuar mais um ângulo da sua identificação, já velho, poucos anos antes de morrer (1760), com «o presente reynado» e, se bem lermos nas entrelinhas da sua defesa da «felicidade» do soberano reinante, D. José – «Por qual outro rey se empenhou o Ceo em tão evidentes milagres para livra-lo do furor barbaro de seos crueis inimigos? E não he feliz este rey!»⁷⁵ – a sua aprovação da política de Pombal contra esse «furor barbaro» do atentado regicida de 1758..., «fatal accidente» que o abalou de tal modo que, desde então, «pricipiou a sentir notavel diminuiçam na [sua] vigorosa saúde».

Ao parecer, razões mais imediatas se lhe representaram para abandonar, depois da Universidade, também a ideia de ir a França: o casamento, quer dizer, «tomar estado» para «segurar sua caza»... Eram razões fortes – e «prudentes» – que qualquer senhor de «casa

⁷⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 28; o texto citado continua: «...sem ser hoje necessario a hum portuguez sair do Reyno, aonde tem muito, que apprender os estranhos».

⁷⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 144.

abonada» como a sua costumava ter em consideração. E, para mais, como no seu caso, alguém que andava pelos 30 anos... ao receber-se, em 26-11-1718, «com exemplar docilidade» que o Céu premiou⁷⁶, em Olivença, «descoberta» por um seu tio, que também ajustou o contrato, com uma parenta sua, D. Ana Isabel Mexia de Ávila e Abreu, natural de Olivença, que juntava à «virtude, discrição, nobreza, formozura, riqueza»⁷⁷ o ser «filha unica e herdeira», circunstância esta última que relevando, como de costume, de uma atenta estratégia matrimonial, terá, seguramente, contribuído para tornar a casa ainda mais abonada... A quinta da Lamarosa deveria ter sido herança sua⁷⁸... E, salvo que sobreviveu ao marido, é tudo quanto sabemos dela... Talvez possa até ter igualmente sido um «reforço genealógico» para a «casa» desta gente de Braga fixada, pelos primeiros 20 anos do século XVIII, nos arredores de Coimbra... Abençoada por aquele «venerável monge» do mosteiro de Grijó, D. Lopo, «por cuja intercessão tanto em vivo,

⁷⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 29-30.

⁷⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 29.

⁷⁸ Pelo menos, é o que se deduz da *Diligencia de habilitação de Manuel José Soares de Brito e Maldonado* (ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, mc. 64, doc. 1303). O vínculo fora instituído, em testamento (1680), pelo Pe. Manuel Frade de Almeida († 1681), prior da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Tentúgal.

como depois de morto tem Deos obrado muy frequentes milagres»⁷⁹ e que, ao parecer, foi seu mais destacado director espiritual, da realidade comezinha deste matrimónio ao longo de 43 anos pouco sabemos. E esse pouco – que não é, contas feitas, assim tão pouco – é que «a sociedade conjugal» foi, como era expectável, «perfeita», pois «jàmais se notou entre estes consortes, em tantos annos, que conviveram a mais leve occasiam de menor desgosto». E bom resumo de tantos «espelhos», «cartas» e «guias» para bem lograr a perfeição no casamento⁸⁰, Manoel Jozé e sua mulher «concordes sempre cumpriam a precisa obrigação de se amar sem faltar àquelle mutuo respeito, sem o qual não pòde ser, como deve entre os fieis, esta sociedade conjugal hũa imagem da santissima união de Christo com a Igreja»⁸¹. Espiritualmente perfeito, este matrimónio foi igualmente «ditozo» não só em número de filhos – tiveram 16, sendo 9 raparigas e 7 rapazes –, mas também nas suas

⁷⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 30.

⁸⁰ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, 1995. *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica - 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, oferece uma magnífica análise das problemáticas em torno do casamento em Portugal e Espanha na Época Moderna que, obviamente, remetem – e a autora não o esquece – para a Itália pre e post-tridentina.

⁸¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 31.

qualidades, pois foram «todos de índole tão amavel, e tam susceptível da bella educação, com que os crearão que — diz o autor — eu ouvi muytas vezes entrar em questão de quem fosse mayor a dita se dos pays em terem taes filhos, se dos filhos em terem taes pays»⁸². O casamento implicou que trocasse o Porto, onde vivia depois dos conflitos em Braga, por Olivença... A mulher, como vimos, era oliventina... Por aqui se manteve durante 2 anos e, por idênticos motivos aos de Braga, entendamos, sentiu-se menos prezado por lhe não darem companheiros de igual nobreza na vereação da terra⁸³, voltou para o Porto. «Lo cortez no quita lo valiente»... Ele, que nunca falava fidalguias⁸⁴, tinha, porém, como outro santo e ilustre fidalgo do tempo de Fr. Luis de Granada, D. Leão de Noronha⁸⁵, bem consciência da sua grande nobreza e do lugar que esta lhe determinava nas hierarquias sociais. No Porto, foi feliz durante os 8 anos que lá habitou (1721-1729): ocupou «empregos»

⁸² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 31-32.

⁸³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 34-36.

⁸⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 134.

⁸⁵ CARVALHO, José Adriano de Freitas, 1996. Vida e mercês que Deus fez ao Venerável D. Leão de Noronha: do santo de corte ao santo de família na Época Moderna em Portugal. *Via Spiritus*. (3), 81-161, v. v. g., pp. 102, 111, 119, além de muitas outras notáveis marcas biográficas em que «coincidem».

importantes — todos «pios e nobres», note-se — como foram procurador dos presos, na administração do Hospital da Misericórdia... e ministro da Ordem Terceira de S. Francisco..., mantendo, naturalmente, um «estado, e grandeza» de vida condizente com a sua nobreza⁸⁶, «gastando muito da sua bolsa, com exemplaríssima generosidade, em assistir aos doentes, em socorrer os presos, em beneficiar os pobres»⁸⁷, despesas estas que decorriam não só dos seus «empregos», mas também das obrigações da «vida nobre» de qualquer grande fidalgo *Ancien régime*, insofismáveis, especialmente se nas fontes de seus rendimentos se incluíam bens eclesiásticos⁸⁸. E, se aqui terão nascido alguns dos seus filhos — o que verdadeiramente não sabemos —, também lhe morreu uma filha, Teresa, acontecimento triste que lhe serviu de motivação — o autor sugere que mais foi pretexto — para deixar essa «cidade aprazível, e deliciosa» da foz do Douro, no dizer de Faustino que, como já lembrámos, aqui o viu praticar alguns actos de grande e humilde piedade. Precisamente, por ocasião da morte dessa sua filha, tendo-se dado

⁸⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 47.

⁸⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 45.

⁸⁸ ORTIZ, Antonio Domínguez, 2012. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: Ediciones Akal, pp. 89, 98. 1.^a ed. 1973.

conta de «algum empenho» da sua casa – que grande fidalgo escaparia a essa situação?⁸⁹ – e do aumento das despesas pela «multiplicação» dos filhos, decidiu-se, para não «deixar de socorrer, com mão larga, os pobres» e satisfazer aos credores, passar, com toda a família, para a sua quinta da Lamarosa, propriedade próxima de Coimbra. Se a localização cerca da Universidade pode bem ter sido uma opção determinada pela educação dos filhos, o facto de ter capela⁹⁰ poderá também ter tido algum peso, pois, como veremos, desempenhará um papel importante nos modos de orientar as práticas religiosas da casa. Alguns, haveremos de ver, lá estudarão, com trem de vida próprio de grande fidalguia, e não era barato... Talvez

⁸⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, 2003. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património das aristocracias em Portugal (1750-1832)*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 369-418, aborda, com notável saber e perspicácia, esta questão, mas, infelizmente para nós, centra-se na alta nobreza de corte, não atendendo – nem tinha por que atender – à grande fidalguia da província, como o senhor da Lamarosa; ORTIZ, Antonio Domínguez, 2012. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*, ed. cit., pp. 100-106 *et passim*.

⁹⁰ A elegantíssima capela da quinta, ao parecer, erguida pelo Pe. Manuel Frade de Almeida, fundador do morgadio da Lamarosa, já deveria existir tal como a conhecemos hoje, quando Manoel Jozé para lá foi viver, pois, cremos, se o fidalgo tivesse acabado ou aprimorado a sua construção o autor não teria passado este facto, tal como não esqueceu que foi ele quem pôs o sacrário no oratório da casa.

até este futuro também entrasse nas suas contas... Foi esta passagem da cidade para a aldeia uma decisão que, a julgar por uma pergunta de Feliz, deve ter intrigado, se não ter deixado admirada, muita gente⁹¹ – ainda que não fosse algo inédito na recuperação das finanças das casas nobres⁹² –, mas tal não significou, como se apressa a sublinhar o autor, ir «viver vida eremítica, vestindo de saco, e comendo de raízes»⁹³... Obviamente, porém, implicou, como lembraremos, restrições dignas de nota...

E para sua demonstração – dados preciosos e, tanto quanto sabemos (que é pouco), raros – que nos permitem, conjugados com outros dispersos ao longo da obra, vislumbrar o estilo de vida de um fidalgo de aldeia português, de

⁹¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 48.

⁹² Valha o que valer, poderá ter interesse recordar que «he mais de saber que pera a vinda delRey [Filipe III, 1619] a este Reino sempenharão e endividarão e venderão muitas fazendas os fidalgos e os nobres para fazerẽ muitas e muito ricas libres para os criados e vestidos para elles e cavalos que forão e mandarão buscar por todo o Reino e castela chegando os cavalos a valer trezentos quattrosentos mil rs de maneira que en tanto custo se meterão que ficarão empenhados e destroidos para todas as suas vidas e assim como elRey se foi deste Reino se forão todos cada hũ para suas quintas e cazais e partes donde estivessem com hũ soo criado pougando para se desendividarẽ...» (SOARES, Pero Roiz, 1953. *Memorial*. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: Por Ordem da Universidade, p. 422).

⁹³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 53-54.

bons rendimentos em que caíam «os muitos mil cruzados» do morgadio da Baía⁹⁴, da segunda metade do século XVIII. Sempre manteve 2 ou 3 «criados graves» («escudeiros») e 9 ou 12 dos inferiores. Deveriam, como é natural, estar ao serviço do senhor da casa e dos seus filhos, pois, além destes servidores, havia 5 aias e 14 criadas, pessoal feminino que estava, seguramente, ao dispor da dona da casa e de suas filhas. Ao todo, poderia ter chegado a haver na casa da Lamarosa uns 34 servidores..., um pequeno exército comparável – infelizmente é o único de que dispomos informação deste tipo – com o de um Auguste-Claude-François de Goddes, marquês de Varennes (1715-1782), fidalgo de Anjou, que mantinha 27 servidores⁹⁵. Se a comparação tiver razoabilidade, não diz pouco do estilo de vida na Lamarosa e põe-nos a imaginar como seria «o estado, e grandeza» do mesmo fidalgo no Porto... E um pouco mais: «A toda esta família fazia assistir com a respectiva fartura, e abundância» e nunca reparou em gastos com doentes... E nos anos em que Manoel Jozé «ainda tinha todas as suas filhas em casa» – uma despesa, pois eram oito a acomodar –

⁹⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 197.

⁹⁵ FERRIEU, Xavier, 1976. Un gentillome angevin du siècle des Lumières, Auguste-Claude-François de Goddes, marquis de Varennes (1715-1782). *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest (Anjou, Maine, Touraine)*. 83(1), 93-109.

vestiam sempre todas, como sua mãe, «com magestoso asseyo, e summa decencia, sem vaidade»⁹⁶, chegando mesmo, em alguma ocasião em que o autor estava presente, a sair de passeio, «vestidas de huma engraçadissima gala, seguidas de grande comitiva de criadas»⁹⁷... Uma certa contenção apenas sugerida..., mas sempre mantendo essa aura de grandeza que o autor se esforça, como amigo e panegirista, por garantir à casa dos Soares de Brito... Tal contenção estendeu-se, obviamente, a outros aspectos do dia-a-dia, como os cavalos, pois os que tinha, «não de muito preço», apenas os utilizava para as suas deslocações a Coimbra..., onde, aliás, sempre passeou a pé..., pois, ao parecer, não tinha berlindas, nem cejes⁹⁸... E se não é fácil de perceber se era opção de «vida perfeita» – o que nos parece mais provável – ou simples obediência civil – ou civilizada? – às «sanctissimas Leys do Reyno», nunca se vestiu contra o que elas ordenavam, «nem já mais as eludio pelas invenções da vaidade»... E «assim mesmo nunca pôde resolver-se a gastar nas suas cazas e quinta em bemfeitorias» não necessárias⁹⁹..., uma orientação, como avisará o autor, contrastante, se não chocante, com a que prevalecia no seu tempo,

⁹⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 54.

⁹⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 55.

⁹⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 65-66.

⁹⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 67.

muito particularmente entre quem, como ele, tinha «morgadios» no Brasil... Os mesmos critérios de «luxo económico» — forçando um pouco, talvez devêssemos dizê-lo morigerado... —, patenteou-os o fidalgo da Lamarosa na educação dos filhos a quem «assistio com largueza em Coimbra...»... Lá «residião em cazas mayores, que as que commumente servem a estudantes» e — quase uma antecipação longínqua do queirosiano Carlos da Maia quando aluno de Medicina... — servidos por «hum criado grave, e outro inferior, e uma criada das que ali chamão amas¹⁰⁰. Nessa casa se hospedava o pai quando ia a Coimbra e, para os ter sempre à sua disposição, nela conservava, sob chave, o seu cilício e disciplinas»¹⁰¹. Não podemos precisar mais sobre a educação dos rapazes da Lamarosa¹⁰² — da

¹⁰⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 55; este tipo de alojamento de estudantes em Coimbra devia ser excepcional e parece enquadrável no que, comentando um testemunho de F. Ribeiro Sanches, FONSECA, Fernando Taveira da, 1995. *A Universidade de Coimbra (Estudo social e económico)*, ed. cit., pp. 339-340, diz não lhe parecer «um modo típico de alojamento estudantil...», e, cremos, depois da leitura da magna obra de Fernando Taveira da Fonseca, que deverá ter sido um *modus vivendi* «apenas ao alcance dos mais abastados...», moldura em que, ao parecer, se enquadravam os filhos do senhor da Lamarosa.

¹⁰¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 101.

¹⁰² Bem gostaríamos de saber se terão assistido a algum dos espectáculos que, em 1737 e 1738 respectivamente, ofereceram os padres da Companhia de Jesus no Colégio

educação das raparigas nada nos é dito —, apenas se anotando que o pai, que renunciara «a todo o divertimento, que na sua quinta podia ter» — salvo a criação dos bichos-da-seda¹⁰³ —, incluindo a caça, apesar «de lhe ser muito inclinado»¹⁰⁴, a esta «mandava os filhos muitas vezes, pelos bons efeitos, que traz consigo este indifferente exercicio ao corpo, e espirito»¹⁰⁵. Noutra ordem de economias — não sabemos se foi uma linha de conduta permanente ou se foi uma decisão reforçada neste período de restauração das suas finanças — «nunca pôde resolver-se a gastar nas suas cazas, e quinta em bemfeitorias superfluas...»¹⁰⁶. O que é certo, como comenta o autor, para quem «o fausto, e a soberba são architectos» dessas «bemfeitorias superfluas», é que, evitando «aquele fausto, e luxo já hoje quasi inevitavel que empenha

das Artes com o *Triumphus sapientiae*, «drama trágico» da autoria do Pe. João de Moura, e de uma *Tragicomedia*, como regista LOUREIRO, José Pinto, 1964. *O teatro em Coimbra. Elementos para a sua história*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, p. 69. Curiosamente, não é este um tema que ressalte da obra de Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700–1771) (Estudo social e económico)*, já citada, em que aparece algum que outro espectáculo, vg., as touradas.

¹⁰³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 152.

¹⁰⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 152: «E quando o rogavão, se excusava, e dizia, que bastava hir elle para fugir a caça...».

¹⁰⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 152.

¹⁰⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 67.

ordinariamente em terras grandes, as cazas illustres»¹⁰⁷, desempenhou a sua casa — havia-a desempenhado muitos anos antes de morrer¹⁰⁸ —, «tinha acomodado a mayor parte das suas filhas»¹⁰⁹ — uma equação sempre de difícil solução para a nobreza —, quer casando uma — a seu contento?¹¹⁰ — quer orientando a maior parte para a vida religiosa, destino por que tinham igualmente optado dois rapazes¹¹¹...

¹⁰⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 67.

¹⁰⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 63-64.

¹⁰⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 64; apenas duas, Inês Vicência Victoria e Francisca Antónia, esperavam estado; terão ficado solteiras, pois, em 1760, no seu testamento, Manoel Jozé deixou-lhes a sua terça, como diz saber o autor (*O Cavalheiro Christão...*, p. 209).

¹¹⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 50, 64. D. Leonor, assim se chamava a única filha casada em vida do pai, recebeu-se em 20-11-1743, com Marçal de Macedo Velazques Sá e Oliveira, já com mais de 60 anos (1683-1746), fidalgo da Casa Real, da Casa da Capoeira (Coimbra), filho de Jorge Macedo Velazques, que fora capitão-mor de Coimbra, homem violento, acusado de crimes de morte. (MOTA, Guilherme, 2021. Presença feminina na Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra no século XVIII: as ministras e as suas famílias. *Archivo Ibero-Americano*. 81(292-293), 179-231).

¹¹¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 64-65. Seriam eles, Francisco Xavier e João Bernardo que, supomos com alta probabilidade, terem sido crúzios, sem que saibamos qual deles foi o D. Dâmaso, o único referido por Felgueiras Gayo, já citado. Sobre esta eterna questão da acomodação dos filhos e filhas da nobreza e gente afim, CALDEIRA, Arlindo Manuel, 2021. *Mulheres enclausuradas. As ordens religiosas femininas em Portugal nos séculos XVI a XVIII*. Alfragide:

Riam-se dele? Também ele se ria dos seus críticos, dizendo, «com graça» — e compreendemos bem a sua resposta se tivermos em conta o que era a situação financeira, muitas vezes dramática, se não catastrófica, de muitas casas senhoriais em Seiscentos e Setecentos¹¹² — «que verdade era não o vião em berlindas, ou cejes, mas que também não verião, que passeando elle pela rua, se levantasse nas suas costas mercador, ou official, ou outra qualquer pessoa, dizendo que lhe devia tanto, ou quanto...»¹¹³. E, com esta estratégia de economias, algumas bem severas para um grande fidalgo — como o andar a pé, por exemplo — pôde continuar a socorrer os pobres..., seu desiderato profundo que, como tentaremos atender, parece-nos ser uma coordenada relevante da sua vida espiritual. O mesmo poderá dizer-se do seu carácter hospitaleiro, sendo que, como bem se sabe, o

Casa das Letras, pp. 70-72, dela dá, com um apoio bibliográfico pertinente, uma precisa síntese.

¹¹² Embora referida a uma grande casa senhorial da alta nobreza de corte, a correspondência do jovem conde de Assumar, D. João de Almeida, com o seu pai, o primeiro marquês de Alorna, editada por MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, 2000. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração*, ed. cit., pp. 108-111, é um exemplo dos esforços desse moço titular para restaurar, com sacrifícios pessoais e familiares, as muito mal paradas finanças da casa de Assumar/Alorna.

¹¹³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 68.

acolhimento está, desde as páginas bíblicas, sempre intimamente relacionado ou relacionável com o amor dos pobres e peregrinos... Nada nos admire que o autor, pela boca de Feliz, o proponha como exemplo para cavalheiros e, mesmo, para eclesiásticos, já que – descontemos algo, se o julgarmos exagerado, ao habitual tom crítico de Feliz – destes, «em varias partes», se podem ver «mui soberbos edificios, pompossimas cazarias, quintas curiosissimas, como nenhum secular...»¹¹⁴.

Administrando a sua casa – essa «entidad impersonal», o morgadio¹¹⁵ – e rezando – fica-se admirado com a quantidade de modos e tempos dedicados à oração privada e familiar por este leigo da segunda metade de Setecentos – «foy vivendo sempre de pé, até que se rendeo à vehemencia de agudissimas dores em todo o corpo, com que o atormentou no leito maravilhosamente o Senhor, por espaço de cinco mezes...». A sua morte, conclusão da sua «vida perfeita», «vida santa», neste mundo, é o momento, como fica sugerido desde a abertura da obra, da exaltação da santidade do «Cavalheiro Christão»...

Ao abordar a sua «vida ajustada» – expressão que, desde os censores, se repete ao longo

¹¹⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 67- 68.

¹¹⁵ ORTIZ, Antonio Domínguez, 2012. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*, ed. cit., p. 106.

da obra — nas suas diversas manifestações — práticas e vivências espirituais — teremos que separar, por uma questão de metodologia analítica, a sua vida espiritual pessoal — que analisaremos antes de mais — da vida espiritual colectiva da sua casa, isto é, a que ele impunha à família — mulher e filhos — e aos seus servidores, que, na sensibilidade e terminologia do tempo também eram a sua família. cremos, porém, que Manuel José Soares de Brito as vivia como uma unidade mantida, mais que por laços de sangue e afectos ou de trabalho, por uma envolvente vivência espiritual de tudo e de todos, quer dizer, da sua casa. Compreenderemos que, se o autor o pôde considerar um modelo de «Pay de famílias», a casa da Lama-rosa tenha sido, alguma vez, comparada a um «reformado convento»¹¹⁶...



Será, por isso, desde já, conveniente chamar a atenção para a importância do director espiritual, comprovada por algumas cartas parcialmente transcritas pelo autor¹¹⁷, nos rumos das vivências espirituais de Manuel José

¹¹⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 130.

¹¹⁷ Publicamo-las em apêndice.

Soares de Brito. Infelizmente, do principal — e dizemo-lo assim, pois é o único documentado na obra — apenas sabemos que foi aquele D. Lopo, cónego regrante de Santo Agostinho (crúzio), «venerável monge» que fazia milagres, do mosteiro de Grijó, de quem, como dissemos, tudo o mais ignoramos. Poderemos vir a suspeitar vê-lo nos resplendores da Jacobeia dos anos 30 de Setecentos — ao mosteiro de Grijó pertencia D. Bernardino de Santa Teresa, um reformador jacobeu¹¹⁸ —, pois, se a sua direcção pode ter começado muito antes — abençoou, como vimos, o casamento do fidalgo da Lamarosa em 1718 —, são desses anos as cartas de direcção espiritual que o autor nos transcreve ou extracta. Uma direcção espiritual essencialmente prática e à distância — aliás, bem frequente nos séculos XVI–XVIII, os séculos de ouro da direcção espiritual —, ainda que entre 1718 e 1729 a residência de Manuel José Soares de Brito no Porto e seu termo possa ter facilitado uma orientação mais presencial. Um outro director, possível e, talvez, mais tardio, podemos imaginá-lo naquele «ministro de Deos» que, depois da morte de

¹¹⁸ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*. Braga: Tip. Editorial Franciscana, p. 113 (Citaremos sempre esta obra por *A questão do Sigilismo em Portugal...*).

Manoel Jozé, escreveu ao autor que, tendo-o «tratado espiritualmente», podia «asseverar a delicadeza da sua consciencia» e que «a sua piedade, e devoção erão edificação para todos, e a compunção, e ternura com que não sem lagrimas conversava commigo nas suas levisimas faltas me edificavão, e enternecião»¹¹⁹. Deste, nada de nada sabemos. Ou seria apenas um seu confessor?

Porém, como iremos anotando, apenas conhecemos concretas orientações espirituais do que identificámos como seu principal director espiritual, ministradas quer no sentido de aplaudir quer no sentido de moderar certas modalidades da sua oração e penitência, a oração em família..., o seu extremado gosto «de ser amigo de que o mandem»..., isto é, de obedecer ao director espiritual, os escrúpulos que o dominavam acerca da frequência da comunhão..., os limites ao uso do cilício e das disciplinas..., por exemplo.



Do vasto cenário das vivências religiosas em que o seu director exerceu a sua influência — e, como já aludimos, o fidalgo gostava

¹¹⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 7.

que, nas coisas espirituais, «o mandassem» — começaremos, por uma questão de ordenação prática de exposição, por referir as suas «principais» virtudes, isto é, as que nele mais transpareciam por referência a esse quadro de «vida ajustada» em que se inscreviam: a fé, a humildade e a caridade. São elas como que o substrato que nos ajuda a compreender muito das relações humanas desse pequeno mundo que era, nos meados de Setecentos, a quinta dos Soares de Brito da Lamarosa.

Sem qualquer novidade, a «vida perfeita» de Manoel Jozé regia-se pela sua fé em Cristo, mas essa virtude, «fundamento de toda a perfeição», nele, como proclamava, glosando o *Credo* numa longa e complexa «Protestação jurada que se achou escrita de sua mão»¹²⁰, abraçava «todas as tradições Apostolicas, e Ecclesiasticas, e todas as mais observancias da [...] sancta Igreja...», a veracidade do sacrifício da missa e, conseqüentemente, da Eucaristia..., a declaração de serem «sacrilegos e herejes todos os que desprezão este divinissimo sacramento»..., os sufrágios pelas almas do Purgatório..., a invocação e reverência dos santos e as suas orações a Deus pelos homens..., a honra e reverência às imagens de Cristo, da Virgem e dos santos..., o reconhecimento da Igreja católica por «Mãe e

¹²⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 76-80.

Mestra de todas as Igrejas»..., a obediência ao papa..., a aceitação plena de todos os concílios – «especialmente o Tridentino», claro! – e a defesa tanto quanto lhe for «permitido, e possível a Conceição puríssima de Maria»... Datada de 27-12-1753 – tinha Manoel Jozé 65 anos – fechava com a declaração de, «com a ajuda de Deos reter, e confessar constantissimamente a Fé Catholica, que tenho, como ensina, e tem a Sancta Madre Igreja Catholica Romana, até o ultimo momento da minha vida...». Será preciso relembrar que desde os 19 anos (1707) era Familiar do Santo Ofício?...

Esta confissão da sua fé – ferozmente antiluterana mais do que contra-reformista, cremos – é, naturalmente, a talagarça em que escreve a sua vida de oração e de penitência que se revestia de modos e requintes que, adaptados, muitas vezes, ao tempo litúrgico, ultrapassavam as práticas recomendáveis pela Igreja aos leigos do seu estado e categoria social. E, como lembra o autor, nem a sua profissão na Ordem de Cristo nem a da Ordem Terceira de S. Francisco as exigiam... À sua fé, como havemos de ver, aliava-se a Caridade – *si habuero omnem fidem, ita ut montem transferam, charitatem autem non habuero, nihil sum* (Cor. 1.13, 2), coisa que o fidalgo muito bem sabia – que, exercida sobre toda a família – entendamos, mais uma vez, esta no sentido lato

do termo corrente ainda no seu tempo, como assinala o autor – e, muito particularmente, sobre os pobres, esses pobres que, como assinalámos, foram os primeiros a proclamá-lo «santo»¹²¹. A Fé e a Caridade apareciam nele também liadas por uma vida penitente que, não derivando directamente da que lhe era imposta na confissão sacramental, brotava do seu horror ao pecado – mesmo venial –, «o mayor mal de quantos há, nem pode haver»¹²² e, naturalmente, do seu amor ao próximo que, muitas vezes, se revestia de compaixão. Daí toda uma série de práticas penitenciais que procurou sempre levar com suma discrição e sob a orientação do director espiritual, essa figura que assume um papel relevante nas espiritualidades – católica e reformadas – dos tempos modernos¹²³.



Dada a sua posição social e a fama da sua «vida ajustada» – Fr. Timóteo da Conceição, o primeiro dos examinadores da obra, garantia-a

¹²¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 130.

¹²² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 82-83.

¹²³ Uma excelente visão de conjunto continua a oferecer a *Storia della direzione spirituale* (FILORAMO, Giovanni, 2008, ed. *Storia della direzione spirituale. III. L'età moderna*. A cura di Gabriella ZARRI. Brescia: Morcelliana).

— devia ser difícil a Manuel José Soares de Brito ocultar, como sempre procurou, as suas boas virtudes e boas obras¹²⁴. Aliás, «se affligia grandemente com o bom conceito, que se tinha delle»¹²⁵. Só o «penetrante» «conhecimento da sua propria fragilidade» — podemos ler, conhecimento próprio, velha expressão da literatura e metodologias espirituais ausente de *O Cavalheiro Christão...* — o levava, por um lado, a considerar que não «estivesse sem defeitos, e faltas, ainda que as não conhecia»¹²⁶, e, por outro, «a sua verdadeira humildade lhe representava as suas obras indignas do divino acatamento»¹²⁷, e, compreendemo-lo, o fazia viver «em hum vivo, e perenne conhecimento da summa dependencia, que tinha de seo Deos no ser da natureza e da graça»¹²⁸. Em uma clara síntese dos conselhos de S. Paulo sobre a obediência às autoridades (Rom. 13, 2), o autor apresenta o fidalgo seu amigo como um caso «exemplarissimo» do «primeiro, principal exercicio de huma verdadeira humildade christãa [que] hé a sujeição, e respeito aos que por algum titulo nos são superiores»¹²⁹... E aponta,

¹²⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 113.

¹²⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 112.

¹²⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 107.

¹²⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 193.

¹²⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 112.

¹²⁹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 140, 144, 146.

como prova desse primeiro grau de humildade, não só a «observancia exacta» da pastoral do bispo de Coimbra sobre o jejum¹³⁰, que observou e fez observar em sua casa «com todo o rigor», mas também a «elegantissima falla» que fez ao mesmo bispo quando entrou como vereador em Coimbra¹³¹. Aliás, o autor, como amigo, demora-se a acentuar quanto a humildade de Manoel Jozé se manifestava na «sugeição, e respeito» que «tinha geralmente com todos, não só iguaes, mas inferiores», pois «com todos era humilde nos devidos termos, porque considerava, e venerava em todos a imagem daquele supremo Artifice, que nos creou a todos na terra»¹³². As próprias ocasiões em que sofria adversidades, trabalhos e injúrias — que também as tinha, e eram algo que, como crónicas

¹³⁰ Cremos que poderá ser a pastoral com que D. Miguel da Anunciação, geral dos crúzios e pouco depois bispo de Coimbra, e um dos mais destacados representantes da Jacobeia, logo que começou a governar a diocese (em 14-10-1741), manda publicar, em 17-10-1741, com um exórdio e um epílogo da sua autoria reiterativos do conteúdo da carta papal, «huma carta do Sm^o P^o Benedicto XIV, escripta a todos os bispos sobre o jejum da Quaresma, traduzida em vulgar» para que estritamente se observe «sem abusos». A referida pastoral vem em uma colecção de *Cartas ou instrucções pastorais de D. Miguel da Anunciação*. BGUC. Ms. 1575, fls.11v-14r. (SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, pp. 116, 390).

¹³¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 140.

¹³² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 146-147.

e memórias o patenteiam a cada página, a um fidalgo custava a sofrer¹³³ — foram sempre «pedras de toque da verdadeira, e solida humildade christã» de Manuel José Soares de Brito. E mesmo o seu desgosto em falar de genealogias e da sua «gloriosa ascendencia» ou usar símbolos heráldicos que denotassem a sua antiga nobreza brotava, segundo o autor, da sua mesma «rara modestia»¹³⁴... E, notemos, a sua humildade levava-o a «encobrir sempre os favores do ceu»¹³⁵ — o plural parece denotar alguma frequência —, o que, para felicidade nossa de investigador, não aconteceu numa ocasião em que recebeu a «visita» de S. Pedro — «visita» estará, seguramente, por aparição —, de quem era muito devoto — «o mayor sancto da ley da Graça» —, que, disfarçado de pobre, lhe pediu esmola¹³⁶..., e desapareceu por caminhos que só podiam ser os do Céu¹³⁷...



Diríamos, a estar pelo número de páginas que lhe dedica e de casos com que a exemplifica, que a caridade era a virtude que

¹³³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 149.

¹³⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 18, 134, 135.

¹³⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 200.

¹³⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 198-199.

¹³⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 200.

mais resplandecia no fidalgo da Lamarosa e, desde o começo da conversa com o seu amigo, o autor põe todo o seu cuidado em acentuar «o piissimo genio»..., o quanto se «enternecia» perante casos delicados..., «a exemplarissima generosidade»..., «a extremosa caridade» – caridade, alguma vez, dita liberalidade¹³⁸, talvez porque, tradicionalmente, era a virtude própria dos nobres – de Manoel Jozé, cuja morte prantearam «mais de mil pobres» que, com o outro «povo» que concorreu ao seu funeral, o aclamavam «verdadeiramente Pay dos pobres». Não se limita, porém, o autor a estas afirmações de carácter genérico, pois procura demonstrá-las com casos e circunstâncias, tendo o fidalgo sempre presentes as leis do Reino sobre os pobres, mas entendendo-as, apesar de «sabias, e prudentes», não à letra, mas no seu espírito, como visando os pobres vadios, vagabundos e ociosos¹³⁹ ..., essas subtis e difíceis distinções que tanta polémica geraram desde meados de Quinhentos¹⁴⁰ na sociedade peninsular que se esforçava por distinguir e separar os

¹³⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 179.

¹³⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 61.

¹⁴⁰ ABREU, Laurinda, 2007. Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno. Em: Laurinda ABREU, ed. *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social (s. XV-XX)*. [Lejona]: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 95-119.

mendigos dos pobres..., ou, em terminologia mais tradicional, os «pobres fingidos» e falsos dos «verdadeiros pobres». A confirmá-lo no seu «proposito de soccorrer géralmente a todos» os pobres, deu-se o caso, testemunhado pelo Pe. Nuno dos Guimarães, do Oratório, de uma pedinte que vivia mal, a quem o fidalgo «em lugar de esmola, [deo] huma boa reprehensão»¹⁴¹..., aparecendo logo no pátio da casa um grande cão trazendo na boca o pão que devia ter sido a esmola da pobre mulher¹⁴²... O arrependimento do fidalgo, confirmando os seus modos de interpretar a lei, indicia, *per se*, quão difíceis são essas distinções nos modos e graus de ser pobre...

Os pedintes – poderemos não supor que seriam «verdadeiros pobres» como, afinal, se revelou a pobre mulher que vivia mal? – chegavam de aldeias e lugares vizinhos, mesmo distantes, em grandes bandos à Lamarosa onde enchiam um pátio em que cabiam mais de mil pessoas e a todos se dava esmola... Havia

¹⁴¹ APRESENTAÇÃO, Luís da (O.C.D.), 1625. *Excellencias da misericordia e fructos da esmola. I Parte*. Lisboa: Gerardo da Vinha, pp. 22v-23r, pequeno, mas muito interessante tratado sobre este assunto. Permitimo-nos remeter para o nosso ensaio (CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2018. Um tratado singular sobre a esmola na primeira metade de Seiscentos em Portugal. *Via Spiritus*. (25), 5-52, *maxime*, 29-30).

¹⁴² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 61-62.

também, como sempre houve, os «pobres envergonhados» a quem se dava de «jantar particularmente em caza para isto determinada»... Da caridade do fidalgo beneficiavam também «as recolhidas» e a estas enviavam-se esmolas a sua casa... e, do mesmo modo, aos pobres doentes... E não eram esquecidos os presos da vila de Tentúgal, pois a estes se mandava esmola uma ou duas vezes na semana... Atendia os conventos pobres, sobretudo os de religiosas... Lembrado da recomendação bíblica — e evangélica — de hospedar os peregrinos, a estes, de modo particular, recolhia, «gostando muito de conversar com elles, [pagando-se] da hospedagem nas noticias que lhe deixavam dos Estados, e terras que tinham corrido...»¹⁴³. Entre estes, como veremos, talvez se possam contar alguns dos sacerdotes que hospedava, pois para eles guardava vários breviários para que, por falta de livro, não deixassem de o rezar...

Quase que nos atreveríamos a dizer que na Lamarosa a caridade como que revestia fórmulas de uma assistência organizada, em que, além de roupas usadas — «vestidos... minimamente uzados», note-se¹⁴⁴ —, entrava a providência de fazer «grandes provimentos de çaragoças, e pannos de camizas para dar aos

¹⁴³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 45, 58-61.

¹⁴⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 59.

pobres»¹⁴⁵... E, quando estas provisões acabavam, despojava-se da sua própria roupa e até dos lençóis da sua cama, em lances à «S. Martinho» que nos recordam outros, bem conhecidos, de Fr. Bartolomeu dos Mártires... Mas Manoel Jozé não socorria apenas os pobres que apareciam na sua quinta, mas também os que encontrava pelas ruas e pelas portarias de conventos, como aquele «pobrinho» a quem os frades tinham negado acolhimento... Levou-o consigo, «hospedou-o com muita caridade, e amor, pela manhã o despedio, com huma boa esmola...»¹⁴⁶. Mas traço essencial — em pleno sentido etimológico — da sua caridade — da Caridade *tout court* — era, como sublinha o autor, a compaixão¹⁴⁷, pois, como ensinava a tradição espiritual cristã¹⁴⁸, contemplava os pobres como «vivos retratos de Christo»¹⁴⁹, donde resultava ser Manoel Jozé, à imitação de Cristo, «manso e pacífico»... E não eram, estes dois, dos mais importantes «nomes de

¹⁴⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 60.

¹⁴⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 180-181.

¹⁴⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 180, 183.

¹⁴⁸ APRESENTAÇÃO, Luís da (O.C.D.), 1625. *Excellencias da misericórdia e fructos da esmola. I Parte*, ed. cit., pp. 23r-23v. Permitimo-nos remeter para o nosso ensaio Um tratado singular sobre a esmola na primeira metade de Seiscentos em Portugal, ed. cit., p. 32.

¹⁴⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 179.

Cristo»?¹⁵⁰ Noutro registo, mas bem filiável na sua caridade perspectivada pela virtude da Justiça¹⁵¹, deve contar-se que o fidalgo da Lamasrosa «aos seus criados, tanto que vencião as soldadas, logo lhe pagava»¹⁵², cuidado raro entre senhores e nobres que, na segunda metade de Quinhentos, tanto preocupava um pregador da talha do jesuíta Inácio Martins¹⁵³. Continuando a olhar pelo mesmo ângulo, filiemos ainda na sua caridade a sua solicitude em pagar as suas dívidas, chegando mesmo a pagar «muitas dividas duas vezes»¹⁵⁴, atenção que igualmente distinguia Soares de Brito de muitos dos fidalgos seus pares... Uma «visita» – devemos entender aparição – de S. Pedro, sob a aparência de um pobre, a que já aludimos, poderia bem ser como o emblema da sua caridade...

Talvez até fosse um muito curioso exercício tentar perceber se toda a grande caridade

¹⁵⁰ Naturalmente, estamos a remeter para LEÓN, Fr. Luis de, 2008. *Los nombres de Cristo*, sobretudo para «Fases de Dios» e «Príncipe de paz» (Edición, prólogo y notas de Javier SAN JOSÉ LERA. Barcelona: Galaxia Gutenberg – Círculo de Lectores, 2008, *maxime*, pp. 65, 248-250).

¹⁵¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 49.

¹⁵² *O Cavalheiro Christão...*, p. 51.

¹⁵³ CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2007. *Poesia e hagiografia*. Porto: CIUHE, em que se aborda a vida e obra do célebre pregador e doutrineiro com base em alguma documentação inédita.

¹⁵⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 49-50.

de Soares de Brito não foi, mais além de qualquer texto evangélico ou paulino – incisivos, mas genéricos –, um concreto «comentário» pessoal do impressionante capítulo segundo – *Fides operibus probanda*¹⁵⁵ – da epístola de S. Tiago...



Nesta sequência, podemos agora abordar um aspecto fundamental da piedade de Manuel José Soares de Brito: a sua prática da confissão sacramental e da comunhão, bem como a sua devoção em torno destes dois sacramentos, por ele, alguma vez, intimamente relacionados com as virtudes que destacámos.

Era fácil suspeitar que «se confessava tanto a meudo, e bem mostrava, que não era por costume...»¹⁵⁶, como escreve, à raiz da morte do fidalgo, aquele «ministro de Deus» que, além de confessor, julgamos poderá ter sido um seu director espiritual, coincidência de ministérios defendida pelos jacobeus¹⁵⁷. E, como garante

¹⁵⁵ *Biblia Sacra Vulgata editionis... Editio Nova, versiculis distincta*. Parisiis: Typis Jacobi Vincent, 1749, donde adoptamos a epígrafe-resumo do capítulo II, p. 177 (página própria do *Novo Testamento*).

¹⁵⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 7.

¹⁵⁷ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., p. 131.

o mesmo confessor, a pesar das «levíssimas faltas» de que tantas vezes se acusava e davam ocasião a que não tivesse «materia para a absolvição» — como concluía D. Lopo, que, como dissemos, pensamos ser o seu mais antigo director, escrevendo-lhe uma série de conselhos que formam uma abreviada *ars confessandi* —, afligia-se, e sobre isso consultava o mesmo crúzio, com «as «distracçoens na oração»..., [na] «lição dos livros sanctos e devotos»..., [nas] «tentaçoens»... «nos exames de consciencia e outras couzas destas»..., faltas que lhe tornavam mais aguda a consciência da sua «propria fragilidade» e que tanto o «martirizavam»¹⁵⁸. Reflexo desses estados de ânimo e da sua angústia de se sentir pecador é — e bem o sublinha o autor — uma «profundissima oração», de recorte, aliás, bem tradicional, «escrita de sua mão», em que grava a sua fervorosa contrição e confiança nos méritos de Cristo¹⁵⁹.

A esta contrição, que não decorria da penitência imposta pelo confessor na sequência da penitência sacramental, juntava Soares de Brito o que poderíamos dizer a penitência de desagravo traduzida numa série de penitências — flagelação com disciplinas..., cilício... e jejum... — praticadas sob a orientação do seu director

¹⁵⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 107-108.

¹⁵⁹ Publicamo-la, com outros escritos do autor, em apêndice.

espiritual por meio de correspondência. Pelo que respeita às disciplinas, apenas sabemos que se flagelava duas vezes por semana. Quanto ao cilício, não se nos diz mais do que que o usava «mui frequente». Possuía os dois instrumentos penitenciais em duplicado, pois tinha-os tanto na quinta como, em gaveta de que a ninguém confiava a chave, naquela casa de Coimbra que, como sabemos, alugara quando os seus filhos frequentavam a universidade. Bem gostaríamos de perceber como o memorialista, vencendo a discrição do seu amigo, o descobriu, mas garante-nos que as disciplinas de Coimbra estavam guardadas «bem cheyas de sangue»¹⁶⁰. Não contente com «todo este rigor», queria ainda jejuar a pão e água, desejo que o seu director – seguramente, D. Lopo –, em carta de 1732, contraria firmemente: «Em quanto ao jejum a pão, e agoa eu não sou desse parecer. Jejue bem, conforme manda a Sancta Madre Igreja. Excepto huma Sexta-feira Sancta, ou alguma Sexta-feira de Quaresma; para todas as semanas, digo que não»¹⁶¹. E já aludimos ao rigor com que observava – e impunha à sua família – esses dias de jejum obrigatório determinados pela Igreja, fossem eles decisões de Roma ou do bispo de Coimbra. Mas o que sobre tudo mara-

¹⁶⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 100-101.

¹⁶¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 102.

vilhava os amigos desse «cavalheiro christão» — e, seguramente, gente do seu tempo que o sabia ou que, *post mortem*, o veio a saber — era que em «cavalheiro tão urbano, affavel, e civil» houvesse tal «espírito de penitencia»¹⁶².

Muito naturalmente, toda a problemática espiritual à volta da confissão e penitência se projectava sobre a sua frequência da comunhão eucarística. Curiosamente, contudo, o autor demora-se pouco sobre o tema, em contraste com o relevo dado à confissão, o que poderia ser lido como um bom indício da doutrinação Jacobeia¹⁶³... Também sobre o assunto, sobretudo no que dizia respeito à frequência e disposições espirituais para comungar, recorria aos conselhos de D. Lopo. Felizmente, o autor extractou de cartas do crúzio algumas respostas que nos podem ajudar a perceber o temeroso estado de alma com que o fidalgo frequentava

¹⁶² *O Cavalheiro Christão...*, pp. 101-103.

¹⁶³ A confissão sacramental, segundo a doutrinação Jacobeia, devia ser frequente (SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 131, 137), enquanto a frequência da comunhão ficava — como, aliás, terá ficado sempre, teoricamente, pelo menos — ao arbítrio do director espiritual (SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., p. 135). A propósito, SOUZA, Evergton Sales, 2004. *Jansénisme et réforme de l'Eglise dans l'empire portugais...* Paris; Lisboa: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, pp. 197-198, faz aproximação com posições «port-royalistes» que são um filão a explorar.

a comunhão e entender que, confiante nelas — «E como he amigo de que o mandem, eu lho mando desta sorte [...] humilhe-se e escandalize-se quanto quizer contra si, mas va sempre commungando...»... «Para as communhoens não se deixe levar de escrupulos, quando estiver certo que não peccou mortalmente depois da confissão, commungue...»¹⁶⁴... — se acercava frequentemente — quantas vezes por semana ou por mês? — da mesa eucarística. O próprio director, para incitar a sua devoção e o tranquilizar, assumia as responsabilidades — «e o mais deixe-o sobre mim, que darey a Deos conta disso...», «Faça isso, e deixe o mais ás minhas costas para o dia do Juizo»¹⁶⁵... Parcas notícias, mas, mesmo os seus temores, permitem-nos ver a sua profunda e constante devoção à Eucaristia — «maior, mais excelente obra de Deus»¹⁶⁶ —, que aproveitava todas as ocasiões para se manifestar. A festa do *Corpus Christi*, por exemplo, a festa medieval que o barroco contra-reformista exaltou de todas as formas artísticas possíveis e aparatosas manifestações públicas, «para a celebrar com mais devoçam a hia ter ao Louriçal», não fosse esse convento de clarissas, o convento do «Desagravo», em

¹⁶⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 104-105.

¹⁶⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 105.

¹⁶⁶ A nossa citação parafraseia o começo de uma oração sua que referimos logo abaixo.

que professara uma filha sua¹⁶⁷, dedicado ao desagravo do Santíssimo Sacramento¹⁶⁸ em referência ao roubo da igreja de Santa Engrácia, em 1630 (Lisboa). Ignoramos quando, mas pôs no oratório da casa o Santíssimo e aí o visitava, cuidando que estivesse «sempre ornado [...] com notavel asseio que accendia a devoção, mui particularmente a fragrancia que alli se sentia dos excellentes perfumes, que elle mesmo com muito gosto queimava, tanto ao tempo das missas, como em outras occazioens, e das flores, que para esse fim unicamente tinha na quinta, tanto de Verão, como de Inverno»¹⁶⁹. E note-se que enquanto não pôde ter o Santíssimo na Lamosa, «o adorava muitas vezes do seo mesmo quarto, voltado para huma igreja distante, aonde estava»¹⁷⁰. Nada nos admira que, em Coimbra, saindo de casa, a primeira visita fosse ao Santíssimo Sacramento da catedral, pois esta, como igreja principal, era a primeira aonde que se devia ir orar¹⁷¹. Cremos, porém, que para além do valor devocional de todas as manifestações que o autor acumula para expor a veneração de Manuel José Soares de Brito à Eucaristia, tem um interesse especial, quase

¹⁶⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 64.

¹⁶⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 188.

¹⁶⁹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 191-192.

¹⁷⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 188.

¹⁷¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 187-188.

místico, a equação que, em um dos seus propósitos, o fidalgo estabelece entre o Santíssimo Sacramento em que Cristo «todo quanto he, tem e pode, se nos dá» e a pobreza da sua alma, propondo-se «daqui em adiante com a ajuda do mesmo Senhor despir-me de tudo para todo me offerecer para recebe-lo em minha pobreza, que he a minha alma»¹⁷². Será, logo, despropositado ver no seu amor aos pobres, «vivos retratos de Cristo», que o levava ao despojamento interior, um fio mais do seu amor a Cristo – pobre, despojado – na Eucaristia? É fácil compreender que, além da missa diária, chegasse, muitas vezes, a ouvir três e quatro missas num dia¹⁷³... E não deixa de ser sintomático que, como já lembramos, renunciasse, em uma ocasião, ao seu gosto de ver umas máquinas modernas para não perder uma missa...



Quanto à oração propriamente dita – modos e tempos – Manuel José Soares de Brito rezava diariamente – e com que rigor e devoção! – o Ofício Divino, sem que a tal fosse obrigado por qualquer vínculo religioso, como

¹⁷² *O Cavalheiro Christão...*, p. 187.

¹⁷³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 189.

fosse a sua profissão de cavaleiro da Ordem de Cristo ou a sua qualidade de irmão terceiro franciscano¹⁷⁴. «Era esta uma sua muito particular devoção» que, como transparece numa interrogação que mais não é que uma exclamação de um dos dialogantes (Feliz), algo que deveria ser motivo de admiração e, talvez, de estranheza, por parte de quem não o conhecia intimamente¹⁷⁵. A fiarmo-nos no que afirma o autor – e não temos outro remédio – era uma prática que iniciara ainda jovem, pois, contas feitas, tê-la-ia começado em 1722, aos 34 anos¹⁷⁶. Rezava-o sempre de joelhos nas «festas de Cristo, da Senhora e dos sanctos da sua mais particular devoção, que erão muitos...»¹⁷⁷ e, de acordo com o testemunho de um clérigo que de tal se admirava, nisso punha «singular atenção»¹⁷⁸. Compreendemos – e lembrar-nos-emos das

¹⁷⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 167.

¹⁷⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 165-166, anota-se o caso, a que assistem os dois coloquiantes, de um clérigo, que, como outros, «comendo» do «Officio Divino, e sempre já em publico, já em particular, o devorão», isto é, o rezam à pressa e sem atenção.

¹⁷⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 167, a propósito da atenção que Soares de Brito prestava à reza do breviário, afirma: «Em trinta e oito anos que rezou o Officio Divino...», que parece permitir, por relação a 1760, remontar a 1722.

¹⁷⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 169.

¹⁷⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 167.

críticas que, desde sempre, se faziam aos clérigos que não percebiam o que rezavam por estar em latim? — que, dado o seu mais que suficiente domínio da língua latina e «a [sua] liçam tão frequente de ambos os Testamentos, e huma mais que mediana intelligencia dos Psalmos» e valorização dos *Provérbios* como livro de Filosofia Moral¹⁷⁹..., fosse «notavel a variedade de sanctos affectos, que sentia a sua alma, rezando»¹⁸⁰. E não só não se limitava às lições diárias, pois, «sempre na Prima, lia a lição do martyrologio», mas também «muitas vezes rezava dois officios para rezar de alguns sanctos que não cabião no anno»¹⁸¹, seguindo diligentemente o calendário litúrgico, já que sempre tinha consigo a «Folhinha». E, por este seu amor ao «modo mais excellente, com que louva [a Deus] a Sancta Igreja», obrigava-se a ter vários breviários para emprestar aos «clérigos e religiosos que hospedava, a fim de que por falta de breviario, não deixasse algum de rezar»¹⁸². Dentro deste modo de oração, rezava ainda, pela sua grande devoção à Paixão de Cristo, «todos os annos» — anualmente, ou ao

¹⁷⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 42. A valorização dos *Provérbios* como «livro de Filosofia Moral» é uma interpretação, bem plausível, do autor (Faustino).

¹⁸⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 168.

¹⁸¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 171.

¹⁸² *O Cavalheiro Christão...*, p. 171.

longo de cada ano? — o «Offício da Coroa»¹⁸³ — um texto naturalmente relacionado com a coroa de espinhos de Cristo, que poderá ser o *Officium coronae Iesu Christi* de que há edição nos fins do século XVII¹⁸⁴ —, ainda que «a sua Folhinha» não o trazia e, «com grande prazer», o «Ofício das Chagas», «concedido para toda a Igreja Lusitana, a instância de ElRey Fidelissimo Nosso Senhor»¹⁸⁵, quer dizer, o Ofício das Cinco Chagas, tradição portuguesa que em 1753, com uma missa própria, foi aprovado por Bento XIV¹⁸⁶. Finalmente, «rezava o Officio da Senhora [*Offium parvum beatae Virginis*] sempre que o mandava a rubrica»¹⁸⁷ ...

¹⁸³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 176-177.

¹⁸⁴ Conhecemos o *Officium coronae D. N. Jesu Christi quod celebratur die jV. maii*. Ulissipone: ex Typographia Joanniis a Costa, 1676.

¹⁸⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 177.

¹⁸⁶ Não localizámos qualquer edição deste texto litúrgico para esta data ou próxima; apenas temos conhecimento de edições de um *Officium sacro sanctorum plagarum redemptoris nostri Jesu Christi, secundum sacri ordinis cisterciensis ritum...* Coimbra: Diogo Gomes Loureyro, 1601; outra edição pelo mesmo editor, 1639; e de *Officium plagarum redemptoris nostri Jesu Christi. Ad usum, et devotionem monialium monasterii de Monte calvario Ulissiponensis*. Coimbra: ex Officina Emmanuelis Dias, 1651; os Craesbeeck (Pedro e Paulo) deram edições deste texto em 1624 e 1650, respectivamente. Será o mesmo «Ofício»?

¹⁸⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 194.

Salvo do rosário que rezava meditado¹⁸⁸ — evocando e centrando a atenção nos mistérios da vida de Cristo, segundo a divisão tradicional de Gozosos, Dolorosos e Gloriosos? —, e do terço e mais alguns «Pai-nossos» que orava com a família, nenhuma informação nos chegou, e já não é pouco, sobre o que se pode dizer a oração vocal de Manoel Jozé que, salvo erro, era eminentemente litúrgica.

Mas, diz o seu hagiógrafo, «como era mui dado à oração mental... — esse *modus orandi* que tanta celeuma levantou ao longo do século XVI e que, depois que se viu envolvido em polémicas sobre a contemplação com S. João da Cruz e M. de Molinos à mistura¹⁸⁹, veio a ser objecto de um breve de Benedicto XIV em que se faz o «elogio da oração mental, e da sua necessidade»¹⁹⁰ —, sempre de Verão, e de Inverno se levantava muito cedo...». Por

¹⁸⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 194.

¹⁸⁹ TAVARES, Pedro Vilas Boas, 2005. *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, pp. 135-191, traz uma excelente perspectiva do «alargamento da oração mental metódica e afectiva aos leigos» e as complexas, tantas vezes dramáticas, consequências que daí se foram seguindo.

¹⁹⁰ Publicou o referido documento pontifício D. Miguel da Anunciação em uma sua pastoral de 20-7-1746 em que, no respectivo exórdio, sublinha «a necessidade, e obrigação de fazer oração mental» (BGUC. Ms.1575, fls. 51r-54v).

ela começava o dia no seu quarto — sem que saibamos a duração do exercício nem qualquer método que seguisse¹⁹¹ — e depois, como havemos de ver, tinha mais meia hora «publica, com a família»¹⁹², mas o certo é que a sua oração «passava todos os dias de hora, e meya»¹⁹³. Ao parecer, esse tempo de oração centrava-se «na consideração dos beneficios mais singulares de Deos, como a Encarnação, Payxão, e Instituição do Santissimo Sacramento», o que nos indica que a sua oração mental se centrava, principalmente, nos mistérios de Cristo — o gozo com que acolheu o Ofício das Chagas confirma-o —, o que, evidentemente, como lhe recomendava o «bom monge» D. Lopo, seu director espiritual, decorria da meditação «nos atributos de Deos, nos seus beneficios, criação e redenção, sacramentos, na nossa pouquidade,

¹⁹¹ É bem possível que começasse pela leitura da Bíblia, pois, se assim se puder interpretar o conselho do seu director, a oração mental com a família devia começar pela leitura e esta «fosse mais comprida...». De qualquer modo, Manoel Jozé bem poderia começar por ler uma página da Bíblia — lia «todos os dias na Bíblia, quando menos, huma hora parte pelo Testamento velho, parte pelo novo» (*O Cavalheiro Christão...*, pp. 41-42) ou de algum livro de devoção — obras de Santa Teresa de Jesus ou de Santo Agostinho (*Confissões?*), autores que citava e a quem tinha grande devoção (*ob. cit.*, pp. 91, 94, 197), por exemplo —, pois, estranhamente, nada sabemos da sua livreria espiritual.

¹⁹² *O Cavalheiro Christão...*, p. 113.

¹⁹³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 118.

e no nosso atrevimento em offende-lo...»¹⁹⁴. E «com ser tanta a sua oração [...] costumava alguns dias retirar-se a ter mais oração»¹⁹⁵. Assim aconteceu em 1731, quando, com o beneplácito de Fr. António da Assumpção [Antonio de la Asumpción], o geral dos carmelitas descalços, se retirou «para hir ter huns exercicios ao sagrado deserto do Bussaco»¹⁹⁶. Se lermos à letra aquele «costumava... retirar-se», o retiro no Buçaco será aqui apenas um exemplo — e já longínquo — que o autor deverá ter considerado, pelas circunstâncias — a autorização do geral carmelita..., o lugar... —, relevante para sugerir, assim documentada, a «história» de uma prática frequente de Soares de Brito, que bem gostaríamos de conhecer mais detalhadamente. Quantas vezes mais, perguntamo-nos, praticou, e onde, esse seu devoto costume? Seria um bom capítulo de uma história do retiro espiritual entre nós...

Enquadrável nesse clima de interiorização solitária propiciado pelos «Buçacos» onde os deve ter meditado — pelo menos é nesse contexto que o autor os revela — parece-nos ser a «Memoria dos propositos que faço nos sanctos exercicios, que com a graça de Deos procurarei observar», que «de sua letra» deixou o fidalgo

¹⁹⁴ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 115-116.

¹⁹⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 118.

¹⁹⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 118-119.

da Lamarosa. Com outros do mesmo espírito e, provavelmente, das mesmas circunstâncias, cremos devem merecer um breve comentário¹⁹⁷, pois ajudarão a perceber algumas das orientações espirituais que ficaram aludidas.

Cumprir com empenho o que «entenda» ser a vontade de Deus..., não se queixar de ninguém em Justiça e perdoar a quem o [a ele] ofenda..., procurar não pecar..., não cair em soberba..., não brotam apenas de uma meditação no *Pater noster*¹⁹⁸, mas aproximam-se de «máximas» dos jacobeus formuladas por Fr. Francisco da Anunciação, o indiscutido corifeu desse movimento reformista¹⁹⁹. O mesmo se poderá dizer de um «outro apontamento da letra» de Manoel Jozé em que este, ponderando quanto «o vicio da luxuria he tão çujo, e asquerozo, que permitindo o Filho de Deos, por nosso bem, ser injuriado com mil afrontas, só a de luxuria não permittio se lhe lançasse em rosto», se propõe, «daqui em diante» — remissão para circunstâncias que podem muito bem ser, como as anteriores, de retiro — não dizer «couza, nem [ouvir] de boa vontade historia, que me excite especies deste vicio, e muito menos vistas, e toques

¹⁹⁷ Publicamo-los em anexo.

¹⁹⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 120-121.

¹⁹⁹ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, pp. 81-84, publica-as integralmente.

peccaminozos...»²⁰⁰. A pureza do fidalgo, como pretende demonstrar o autor com «um bello exemplo»²⁰¹, estava acima de qualquer suspeita... Em outro registo, igualmente de sua letra, meditando na morte e na vanidade «das couzas deste mundo que de nenhum modo me servem para a eternidade», propõe-se «ter em nada tudo o que não for para honra de Deos, e bem da [sua] alma»²⁰², propósito logo seguido de um outro considerando «o juizo de Deos rigorosissimo, como de verdade he» e a facilidade com que peca «por pensamentos, palavras e obras» — não ecoam aqui as recomendações do seu director acima citadas? —, «trará», «daqui por diante» — remeterá igualmente para circunstâncias de retiro? — «especial cuidado, e temor de tão espantozo tribunal»²⁰³. Estes últimos propósitos, como facilmente logo se percebe, glosam temas escatológicos em torno dos «Novíssimos», tema forte da pregação

²⁰⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 121-122.

²⁰¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 122-123: «He disto hum bello exemplo, que tendo elle, para aliviar huns pòbres da criação de hum engeitadinho, tomado á sua conta o innocente, fazendo-o crear em sua caza com a mesma caridade, e amor, que se fora seu filho, como lhe chegasse aos ouvidos, que podia nascer da li alguma suspeita, respondeo que não se lhe fazia a face vermelha».

²⁰² *O Cavalheiro Christão...*, p. 123.

²⁰³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 124.

Jacobeia e, será importante anotá-lo, das chamadas missões do interior²⁰⁴.

Como cremos se verá confirmado, estamos mais informados sobre a oração com a família, «pública», como diz, alguma vezes, o retratista do «cavalheiro cristão», do que da sua própria, mas, permita-se-nos lembrá-lo, Manoel Jozé, como consciente *pater familias*, praticava-as como um todo temporal inseparável. O tempo de oração no seu quarto que, como temos de admitir, incluía, com uma regularidade predeterminada pelos conselhos do director espiritual a quem consultava frequentemente e obedecia, práticas penitenciais íntimas — as disciplinas..., por exemplo — deveria considerá-lo do mesmo «tempo» oracional em que recomendava e, segundo as circunstâncias, impunha, outras, como o jejum, à família.

Um secular, um leigo — e, no caso presente, ainda mais tratando-se de um senhor de grande casa —, como qualquer «missionário que vay pelos povos pregando contra os peccados», igualmente «tem obrigação de attender pelos que

²⁰⁴ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, p. 130; RICO CALLADO, Francisco Luis, 2006. *Misiones populares en España entre el Barroco y la Ilustración*. València: Institució Alfons el Magnànim, pp. 210-219; PALOMO, Federico, 2003. *Fazer dos campos escolas excelentes. Os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; FCT, pp. 323-336.

estão a seu cargo, para que não pequem...»²⁰⁵. Daqui decorriam não só as «mui frequentes praticas [que] fazia à sua familia exortando a todos à pura observancia da Ley de Deos, que professavão...»²⁰⁶, — onde? quando? no oratório aquando da oração com a família? —, mas também o cuidado que punha «em que todos se confessassem frequentemente»²⁰⁷ — uma prática que, como vimos já, ele próprio seguia — e ainda a vigilância por que «nos dias de preceito ninguém faltasse à missa»²⁰⁸, e pelo cumprimento dos dias de jejum da Igreja, indo mesmo ao ponto, «com bem justa admiraçam das mesmas pessoas mais devotas, e pias», de «fazer observar em todo o rigor», por toda a casa, uma pastoral de um bispo de Coimbra sobre «o sacratissimo jejum da Quaresma»²⁰⁹, caso este em que, piedosamente, excedia o que lhe aconselhava D. Lopo²¹⁰. Além destes, na Lamarosa, apenas

²⁰⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 126.

²⁰⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 83, 126.

²⁰⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 128.

²⁰⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 129: «...tanto que nestes dias via pela manhã algum dos criados, logo lhe perguntava se tinha ouvido já missa...».

²⁰⁹ Como dissemos, poderá ser a pastoral que D. Miguel da Anunciação, geral dos crúzios e logo depois bispo de Coimbra (1741), um dos mais destacados representantes da Jacobeia, promulgou ao começar o governo da diocese, em 14-10-1741 (SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, pp. 116, 390).

²¹⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 102.

era obrigatório o jejum na véspera da Imaculada Conceição, o que se compreende se nos lembrarmos do seu compromisso de defesa da conceição imaculada de Maria...

É porque a vontade de Deus «nam se guarda sem os auxilios da divina graça, os quaes só se alcançam por meyo dos exercicios sanctos, e obras de piedade...», impôs «a oração mental em sua caza, para toda a família...»²¹¹, decisão logo aprovada pelo «bom monge» D. Lopo, seu director espiritual, que «[folgou], e [deu] graças a Deos por ter [Manoel Jozé] cortado o pejo, e vergonha de ter oração com a sua família...»²¹².

Felizmente, Faustino (o autor), também ele um praticante da «oração pública» com a família, evocou-nos, um tanto assistematicamente — a sua obra pretende ser um registo de uma conversa entre amigos —, talvez para os ensinar ao seu dialogante (Feliz) que, desde então, passa igualmente a ser um entusiasta desse exercício, os momentos mais importantes do seu desenrolar na quinta da Lamarosa.

Reunida a família pelo toque de campanha²¹³ — no oratório, provavelmente²¹⁴ —, o dono

²¹¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 128-129.

²¹² *O Cavalheiro Christão...*, p. 114.

²¹³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 127.

²¹⁴ Parece ser o oratório da casa — aliás um belo oratório — o lugar mais próprio para a oração em comum da numerosa

da casa «lia os pontos que erão os dos Novíssimos» ou da Paixão de Cristo ou de qualquer outro mistério. Aqui, na «oração em família», por recomendação de D. Lopo, a leitura era «mais comprida, pelo muito fructo, que da hi podia seguir-se»²¹⁵. Durava esta meditação, como já sabemos, meia hora — «passada por hum bem medido relogio de areia»²¹⁶. De seguida — e registe-se a inversão — vinha a oração vocal e «se rezava a coros o terço da Senhora com a Salve Rainha; alguns Padres nossos a differentes sanctos, huma estação em cruz e ultimamente a ladainha do Loreto»²¹⁷. Este era o programa diário²¹⁸, pois «todas as Sextas feiras rezava antes de jantar com toda a familia, huma Estação em cruz» — duplicava-se este exercício?... — «e nas da Quaresma visitavam a Via Sacra». Então, também o fidalgo «lia os pontos», quer dizer, também aqui propunha os tópicos mais importantes da matéria a meditar. E um pouco mais: «faziam tambem este exercicio nos dias em que a igreja rezava

família de Manoel Jozé; a capela da quinta fica retirada da casa uns bons 150 metros, o que a tornava um lugar pouco cómodo para essa prática diária.

²¹⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 117-118.

²¹⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 127.

²¹⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 127-128.

²¹⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 128.

em cruz»²¹⁹. E ainda um outro mais: «Todas as domingos fazia em commum o exercicio da boa morte...»²²⁰. Contudo, neste calendário, já de si tão carregado, previa-se mais que nos dias das litánias fossem estas rezadas por toda a família («em commum») «e depois do fatal terramoto de 1755 todos os dias...»²²¹, indicação esta que nos deixa perceber um modo de reagir ao cataclismo²²².

²¹⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 128. Não logramos descortinar esta paraliturgia.

²²⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 129. É muito possível que na Lamarosa se conhecesse o *Breve direcção para o Santo Exercicio da Boa Morte, que se pratica nos domingos do anno na Igreja dos padres da Companhia de Jesus do collegio da Bahia, instituido com autoridade Apostolica, em honra de Christo crucificado, e de sua Mãe ao pé da cruz, para bem e utilidade dos fieis... pelo Padre que actualmente tem a seu cargo este santo exercicio*. Lisboa Oriental: Officina da Musica, 1726. Se tivermos em conta que era uma devoção relacionada com a Baía, onde os fidalgos da Lamarosa possuíam o morgadio de Santa Bárbara, e que na Lamarosa como na Baía se praticava aos domingos, parece grande a probabilidade de que essa *Breve direcção para o Santo Exercicio da Boa Morte...* fosse conhecida em casa dos Soares de Brito. Essa ou similares. Para um enquadramento deste tipo de devoções, ROSA, Mario, 1999. *Settecento religioso. Politica della ragione e religione del cuore*. Venezia: Marsilio, p. 125 («La nuova devozione popolare»)...

²²¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 131.

²²² MARQUES, João Francisco, 2013. A acção da Igreja no terramoto de Lisboa de 1755 – Ministério espiritual e pregação. Em: *Obra selecta – Tomo II – Religião, Política e Sociedade*. Lisboa: Roma Editora, vol. I, pp. 229-354,

Não tem, segundo cremos, qualquer interesse discutir ou sequer matizar o sobrecarregado, para não dizer, como hoje nos parecerá, pesado, programa de oração observado por Manuel José Soares de Brito e toda a sua família – familiares e criadagem. O leitor de hoje pode imaginá-lo desde o começo da obra. Interessará, porém, anotar que desta «caza [...] da mais exemplar devoçam e piedade» se podia garantir que não se conhecia «criado, ou criada, que já mais quizesse sair», isto é, despedir-se – observação que poderia pensar-se ser uma prevenção com alguma ironia à aceitação, por parte dos servidores, de tão sobrecarregado programa de oração –, do mesmo modo que «consequio Manoel Jozé nam lhe ser necessario já mais castigar algum dos seus filhos, sendo elles tantos»²²³, 16, mas, na verdade, 15, pois um morreu criança...

Seguramente como meio de ambientar o clima devoto da casa e, talvez, mesmo fornecer alguns elementos mais para a oração de cada qual, o fidalgo «costumava mandar ler a toda a casa junta livros devotos, e historias, e vidas dos sanctos, e de nenhum modo permitia que faltasse algum a ouvir esta liçam...»²²⁴. Quando?

explora, neste notável estudo, outro tipo de reacções, em especial através da parenética.

²²³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 129.

²²⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 128.

Quem lia? O dono da casa não deveria ser, pois o autor não o teria esquecido... Que obras se liam?

Práticas — a oração «pública» e a leitura, que também poderia dizer-se pública — usadas, não usadas ou muito pouco usadas noutras casas senhoriais portuguesas? Faltam-nos aqui, como para muitos outros aspectos, dados que permitam sugerir sequer qualquer resposta... O texto não oferece qualquer pista... O próprio facto de os dois dialogantes terem «oração pública» à imitação de Manoel Jozé nada nos indicia sobre tal perspectiva, pois nada conhecemos da sua casa nobre e da sua família...

Como acabámos de ver e fomos acentuando ao longo da nossa exposição, no centro da vida espiritual de Manuel José Soares de Brito, está, muito *naturalmente*, Jesus Cristo. Nada, pois, nos pode admirar que a Igreja, fundada por Cristo — a «Igreja catholica romana, [...] mãy, e mestra de todas as Igrejas» —, não só esteja no centro da sua «Protestação de Fé», mas também seja visivelmente venerada na sé, cátedra do bispo da diocese, sucessor dos Apóstolos. Consequentemente, estes, eleitos por Cristo para «pedras fundamentaes [...] da sua nova Igreja»²²⁵, foram um núcleo importante da sua devoção. Dos dois mais considerados

²²⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 197.

apóstolos, Pedro e Paulo, não só era particularmente devoto, como deles foi favorecido. De S. Paulo «recebeo hum extraordinario favor» cujos contornos não nos são revelados pelo seu memorialista, talvez porque o seu recordado amigo sempre procurou esconder os favores que recebia de Deus. Ele, porém, sabia que por «memória» de tal «favor» baptizou um filho com o nome do apóstolo. De S. Pedro que, como já aludimos, tinha pelo «mayor sancto da Ley da Graça» tal como o tinha sido Moisés «da Ley da Escripta» — esta exegese concordística não parece destes meados de Setecentos... —, foi, em vestes de pobre de «aspecto mui venerando», um dia visitado... E se o memorialista sabia deste «favor do Ceo», devia-o a que, inadvertida e contrariamente ao seu costume, revelou a sua mulher e filhas o que se tinha passado²²⁶... Lastimemos que, certamente por hábitos — melhor, «leis»? — da escrita hagiográfica, não conheçamos as datas destes favores celestes.

Contudo, a Virgem Maria, mãe da Igreja — *Mater Christi...*, *Mater Ecclesiae...*, *Regina Apostolorum* —, estava, com toda a justificada naturalidade, em primeiro lugar nas devoções de Manoel Jozé. «Venerava-a», diz o seu amigo e memorialista, «com inexplicavel ternura» e

²²⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 200.

«fallava com muito espirito das suas excellencias, e perfeiçoens»²²⁷. A propósito da oração vocal do fidalgo da Lamarosa, já chamámos a atenção para a reza diária do rosário meditado e do terço com a família e do *Ofício Menor da Virgem Maria*, de acordo com a indicação do breviário, manifestações estas que se estendiam, «mui frequentemente», à sua presença nas festas em honra da mãe de Jesus Cristo. Para isso, ia «muitas vezes à «Cidade» – Coimbra? – e a «lugares distantes» – outras das suas devoções não o levavam ao Buçaco..., ao Lourical?... – e, ignorando nós se alguma vez, desde que se retirou para a Lamarosa, lá terá ido, «mandava fazer uma festa em Braga» à Virgem Maria... Compreende-se perfeitamente que este fidalgo devoto e rico fosse mordomo perpétuo de muitas das imagens de Maria²²⁸. Lastimemos que o autor tenha omitido nomes e terras do patronato de Manoel Jozé, que bem poderia ser um delicado e sugestivo «santuário mariano» que poderia ser interessante estudar tendo presente o extenso – e certamente conhecido na Lamarosa – *Santuario Mariano* (10 vols., 1707-1723) de Fr. Agostinho de Santa Maria (O.S.A.). A devoção mariana estendia-se muito naturalmente a S. José e à parentela da

²²⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 193-194.

²²⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 194

Virgem, entendamos a «toda a sagrada família S. Joaquim, e Sancta Anna, Sancta Isabel, e o Baptista»²²⁹ ...

«Este homem [que] foy verdadeiramente em piedade homem de seculo» «procurava com summo disvelo padrinhos e advogados perante a Divina magestade», nem preciso seria dizê-lo, a protecção dos santos. Venerava-os a todos universalmente, mas, já o imaginaríamos, sendo «muitos os de que era particularmente devoto». E o que, seguramente, não imaginaríamos, a fiarmo-nos na ordem por que os enumera o autor de *O Cavalheiro Christão...*, é que o primeiro destes fosse Santa Bárbara. Não sabemos as razões desta «singular devoção» à padroeira da artilharia e advogada contra raios e relâmpagos, mas, com o seu hagiógrafo, não nos custa a admitir que «estimava mais ser hum morgado, que tinha na Bahia intitulado de Sancta Barbara, que os muitos mil cruzados que lhe rendia»²³⁰. E diríamos que a imagem que da santa existe no oratório da casa da Lamosa e o aproveitamento da torre de três janelas e das palmas do martírio da sua iconografia como motivo da decoração do tecto do salão de entrada da mesma casa largamente o confirmam... Teresa de Jesus, de quem, como já

²²⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 195.

²³⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 197.

nos atrevemos a sugerir, poderia ter sido leitor, a Rainha Santa Isabel, «os nossos portugueses» Teotónio e António de Lisboa, e, dentre os doutores, Jerónimo e Agostinho integram também o brevíssimo hagiológico do «cavalheiro christão» da Lamarosa. E, além disso, — e poderia ser de outro modo? — a sua devoção abarcava igualmente os anjos, antes de todos o anjo da sua guarda a quem «saudava todos os dias com [uma] affectuosissima oração» que, «escrita de sua mão», revelaria «a terna devoção que [...] tinha» ao «Príncipe nobilissimo da sua guarda»²³¹. Estranhamente, S. Francisco de Assis não aparece nomeado como santo da sua devoção... Cremos tratar-se de um esquecimento a atribuir ao seu hagiógrafo, pois custa admitir que quem era terceiro franciscano e foi ministro da Ordem, além de ter os pobres e humildes quase como um norte da sua vida espiritual — não era ele conhecido por «Pai dos pobres»? —, não tivesse o *Poverello* entre as suas devoções primaciais...

No seu conjunto, com o seu *deje* popularizante, por vezes, o devocionario de Manuel José Soares de Brito — as suas devoções pessoais ou as desenvolvidas em «oração pública» com a

²³¹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 195-196. Como os outros escritos de Manuel José Soares de Brito, publicamo-lo em apêndice.

família²³² — permitem vislumbrar o compacto clima espiritual que envolvia o dia-a-dia na Lamarosa, essa casa de piedade, esse «bem observante noviciado» donde, como já recordámos, nos garante o memorialista, ninguém queria sair²³³... É uma afirmação de um hagiógrafo que não temos meio de contrariar ou, sequer, de matizar... A distância dos séculos matiza-a seguramente...



Será possível compreender as tradições espirituais de Manuel José Soares de Brito — bem tradicionais, aliás — referindo-as a movimentos reformistas, como a Jacobeia²³⁴ —

²³² Sempre nos perguntaremos por que razão Soares de Brito não contava — ou parece não contar, segundo os elementos da sua biografia —, entre as suas devoções, a popularíssima às almas do Purgatório. Mesmo em SILVA; António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 93-94, é parco o relevo a essa devoção entre os jacobeus, apenas a mencionando a propósito das missões do interior franciscanas. É certo, como vimos, que Manoel Jozé a elas se referia na sua «Protestação de Fé»...

²³³ *O Cavalheiro Christão...*, p. 131.

²³⁴ SOUZA, Evergton Sales, 2004. *Jansénisme et réforme de l'Eglise dans l'Empire portugais, 1640 à 1790*. Paris: FCG, pp. 187-234; COSTA, Elisa Maria Lopes da, 2010-2011. A Jacobeia. Achegas para a história de um movimento de reforma espiritual na sociedade setecentista. *Arquipélago — História*. 2.^a Série. XIV-XV, 31-48.

aquela que, por ignorância ou vontade, vivendo longe da «guerra dos papéis» sigilistas, podemos acreditar era latente desde, pelo menos, 1721²³⁵ —, com que coincide a biografia do fidalgo da Lamarosa? A presença de alguém, em Braga, como D. Rodrigo de Moura Teles, que pertencera ao círculo dos dirigidos de Fr. Francisco da Anunciação²³⁶, ter-se-á resumido ao choque administrativo com o arcebispo? Para além dessa extensa coincidência temporal, lembremo-nos de que não só o seu único director espiritual conhecido, D. Lopo, era cónego regrante de Santo Agostinho, mas também que dois dos seus filhos ingressaram na mesma ordem²³⁷ — em Santa Cruz de Coimbra, muito provavelmente. Reformados, em 1723, por Fr. Gaspar da Encarnação, o nobilíssimo e discutido franciscano e um dos mais impor-

²³⁵ MELO, Bruno Kawai Souto Maior de, 2020. *A Jacobeia entre significados e representações: reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (c.1720-c.1769)*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 25, em que, analisando-a com precisão, acerta a conhecida e discutida referência do Pe. Rafael Bluteau (excelente tese de doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco).

²³⁶ MELO, Bruno Kawai Souto Maior de, 2020. *A Jacobeia entre significados e representações...*, ed. cit., p. 64, publica um utilíssimo «Quadro do círculo graciano dos clérigos envolvidos directamente com a direcção espiritual de Fr. Francisco da Anunciação».

²³⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 64-65.

tantes agentes da Jacobeia²³⁸, viram os crúzios, depois da visita de Fr. Gaspar em 1727²³⁹, transformar-se o mosteiro de Coimbra num destacado centro desse movimento reformista. Em Santa Cruz professou e foi geral da Ordem D. Miguel da Anunciação, o célebre bispo de Coimbra a quem, como insinuámos, venerava Soares de Brito e que tantos trabalhos passou com as justiças de Sebastião José ao tempo em que a Jacobeia se queria confundir, a maioria das vezes intencional e malevolamente, com a questão do Sigilismo²⁴⁰, ainda que, ao parecer, a sua prisão (1768) nada terá tido a ver com as suas posições jacobeias²⁴¹. No convento coimbrão era obrigatório o retiro mensal, bem como, de 3 em 3 anos, 10 dias de «exercícios

²³⁸ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 106-113, 145. Apesar das referências que a historiografia religiosa e política faz a Fr. Gaspar da Encarnação, pensamos que uma biografia digna de tal nome seria extremamente bem-vinda.

²³⁹ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 100-101, 109-113.

²⁴⁰ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 390-394, *et passim*; PAIVA, José Pedro, 2006. *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, ed. cit., pp. 515, 534-535 *et passim*.

²⁴¹ SOUZA, Evergton Sales, 2004. *Jansénisme et réforme de l'Eglise dans l'Empire portugais...*, ed. cit., pp. 231, 232; COSTA, Elisa Maria Lopes da, 2010-2011. *A Jacobeia. Acheegas para a história de um movimento de reforma espiritual na sociedade setecentista*, ed. cit., pp. 42-45, segue a tese de Evergton Sales Souza.

espirituais» de Santo Inácio, embora fosse permitido praticá-los anualmente²⁴², prática que, como vimos, Manuel José Soares de Brito seguia de tempos a tempos... A presença do Pe. Nuno dos Guimarães, do Oratório, poderá indicar a presença de algum «jacobeu» dessa Congregação na Lamarosa? A estas coincidências biográficas podemos até acrescentar alguns pontos do programa jacobeu de que já nomeámos alguns, como o relevo do papel do director espiritual²⁴³..., a notável morigeração da casa lembrando um convento de noviços

²⁴² SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., p. 112.

²⁴³ No âmbito da atenção que concede ao papel do director espiritual na doutrinação jacobea, SOUZA, Evergton Sales, 2004. *Jansénisme et réforme de l'Église dans l'empire portugais...*, ed. cit., p. 197, apresenta a sedutora sugestão da acentuada influência de S. Francisco de Sales sobre os jacobeus, chamando a atenção para as inúmeras vezes que o bispo de Génève vem citado nos comentários de D. Miguel da Anunciação às máximas da Jacobeia que lhe foram atribuídos, sem razão ao parecer, aquando da sua prisão. Também Fr. Francisco da Anunciação, seu mestre, o cita muitas vezes nas *Vindícias da virtude...* Que outros autores jacobeus citam S. Francisco de Sales? Mas qual S. Francisco de Sales? O autor da *Introduction à la vie dévote*, um livro de moda desde os fins do século XVII e durante muitos anos de Setecentos – em 1682, a rainha Francisca Isabel recomendava-o à sua filha (CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2009, compilação, leitura e edição. *Pais e nobres – II*, ed. cit., p. 385) – ou o dos *Entrétiens* e do *Traité de l'amour de Dieu*? Vale a pena explorar a sedutora pista que levanta Evergton Sales Souza.

reformados..., a oração mental e mais devoções em família, isto é, publicamente – prática que, como vimos, o crúzio D. Lopo aplaudiu –, o rigor da observância das leis da Igreja quanto ao jejum..., via-sacra em família..., a confissão mais frequente que a comunhão..., e arriscar a interrogarmo-nos se, no caso de Soares de Brito, as coincidências não teriam sido influências... E, neste caso, mesmo sabendo que na história da espiritualidade, em virtude das constantes bíblicas e doutrinárias, as coincidências raramente são influências²⁴⁴, atrevemo-nos a crer que não será violento pensar que, quer pelas práticas individuais quer pelas colectivas familiares, muito do austero clima espiritual do que se conheceu por Jacobeia, como uma sombra, cobria a Lamarosa, tonalizando o seu dia-a-dia... Se assim puder ser, Manuel José Soares de Brito, um leigo²⁴⁵, e a sua casa da Lamarosa

²⁴⁴ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., pp. 144-146, apresenta um bom elenco dos principais pontos da doutrinação espiritual da Jacobeia.

²⁴⁵ SILVA, António Pereira da, 1964. *A questão do Sigilismo em Portugal...*, ed. cit., p. 119, seguindo a *Epítome da vida de Fr. Francisco da Anunciação* (ms. da Biblioteca Pública de Évora), refere, «dentre os nomes dos seculares» que teriam aderido ao movimento jacobeu sediado no colégio da Graça de Coimbra em tempos de Fr. Francisco da Anunciação, o Dr. António Gomes de Albuquerque, casado, mas deste nada mais sabemos...

poderão bem ter deixado um exemplo – e raro – da presença desse movimento reformista num meio rural entre a nobreza de província, já que entre a nobreza de corte, com destaque da época joanina, parece ser mais fácil detectar algumas marcas que podem ser influências suas²⁴⁶ e fazer-nos esquecer, por momentos, que aos jacobeus não pertenciam só eremitas de Santo Agostinho..., crúzios..., carmelitas..., beneditinos..., franciscanos e outros mais ou menos conhecidos de que se tem ocupado a história desse movimento reformista²⁴⁷... E, talvez, até lembrar-nos – há sempre um desafio à nossa espera... – quanto muito da Jacobeia – ou o que logo nos lembra a Jacobeia – poderá,

²⁴⁶ CARVALHO, José Adriano de Freitas, 2004. *As Instruções* de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para a Jacobeia? *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. (1), 319-347.

²⁴⁷ O próprio e venerado corifeu da Jacobeia, Fr. Francisco da Anunciação, ao longo das densamente escolásticas páginas de *Vindícias da virtude*, apesar de alguma vez ter em seu horizonte «a todo o fiel christão de qualquer trato, officio, condição, sexo», parece, sobretudo, ter em mente, se mal não lemos, clérigos e freiras, e para estes apresenta questões e subtilmente matizadas respostas em torno da Teologia Moral e da Teologia Mística que ilustra com considerações, regras e exemplos. Os casos que estuda QUEIRÓS, Maria Helena, 2012. *Jacobeia e redes clientelares*. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.): (Auto) retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735). *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. IV Série. 2, 79-86, poderiam confirmá-lo.

em muitos casos, não passar de doutrinação veiculada por missionários do interior... Em *O Cavalheiro Christão*... perpassam dois²⁴⁸...



Fechemos, com o autor, a exposição da «vida ajustada»..., «vida perfeita»... de Manuel José Soares de Brito evocando a sua morte — «epilogo da perfeição de toda a [sua] sancta vida» — em 2-5-1760. Recordemos, antes de mais, que o memorialista não se achou presente nessa ocasião, devendo as suas informações a amigos — entre eles alguns eclesiásticos, sendo possível, como aventámos, que um deles fosse um director espiritual do fidalgo da Lamarosa.

Se, como diz o seu amigo hagiógrafo, «nunca melhor se conhece o que forão os homens no tempo da saude, como no tempo da enfermidade»²⁴⁹, o fidalgo, que sempre gozara de «vigorosa saude», começou a definhar — e aqui lembremo-nos do que aludimos acerca da sua intrépida admiração pelo rei José — depois da «vil perfidia» do atentado de 3-9-1758, «coisa tão çuja» que nem o Diabo conseguiria maquinar... Suportadas sem a mais leve

²⁴⁸ *O Cavalheiro Christão*..., pp. 68, 126.

²⁴⁹ *O Cavalheiro Christão*..., p. 202.

queixa, foi vivendo com «agudísimas dores em todo o corpo com que o atormentou no leito por espaço de cinco mezes»..., dores que, diagnostica o hagiógrafo, se deveriam a um reumatismo que o tinha tolhido²⁵⁰... Por isso, passava «grande trabalho» quando o levavam ao oratório para ouvir missa, devoção que conservou quase até à hora da morte, tal como a reza do breviário, ainda que nunca deixasse de rezar os salmos, texto que, recordemos, desde a juventude lia em latim²⁵¹... Recusou, para não dar trabalho, qualquer companhia durante a sua longa enfermidade, solidão que lhe permitia «desafogar» «os ardores do seu espirito com mui terna devoção». E não deixa de ser revelador de um estado de espírito, que em uma ocasião em que «advertio que no quarto estava gente, entrou a perguntar se tinha variado», entendamos, se não estava no seu perfeito juízo.

Preparou-se para a hora da morte, dispondose «com huma confissão geral», diligência de que, em vão, o quiseram dissuadir, por não ser

²⁵⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 203, 205.

²⁵¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 204: «Fazia sempre que o levassem ao oratorio para ouvir missa, ainda que tinha nisso grande trabalho; e foy a ultima que ouvio cinco dias antes de morrer: Só deixou de rezar o Officio Divino oito dias antes de morrer, mas perseverou sempre em rezar os Psalmos, que sabia de memoria...».

acto necessário a quem se confessava tão frequentemente. Cremos, como era bem comum ressaltá-lo nos cânones da escrita hagiográfica, que previu a hora da sua morte — «sabendo que chegava a sua hora» —, e em função disso pediu o Viático — a derradeira comunhão eucarística, o alimento para a derradeira viagem — que o cura da freguesia lhe administrou e de quem se despediu pedindo o seu perdão, tendo logo feito o mesmo, «com ternura de pay, e constancia de sancto», a toda a sua família²⁵². Feito o seu «breve testamento» — em que beneficiava a sua mulher (grande ausente destas memórias), cuidava de salvaguardar o estado das duas filhas solteiras, recomendava ao seu herdeiro e testamenteiro o cuidado de seus irmãos que lhe faltava acomodar, «lembrou-se de todos os seus criados» (entendamos: deixou a todos alguma manda) «e mandou, finalmente, dizer muitos centos de missas pela sua alma, e de seus avós» —, a morte avizinhou-se rapidamente. Apesar do agravamento da doença, o fidalgo, conservando «summa tranquilidade de espirito», lá ia abrindo e lendo no breviário, lá ia «fazendo varias perguntas, sempre com grande acerto, e advertencia», nota importante para insinuar que conservava o uso da razão. Recebeu a Extrema-Unção, a bênção de um dos seus filhos

²⁵² *O Cavalheiro Christão...*, p. 208.

religiosos, comeu algo, pediu que o deitassem, ouviu o Ofício da agonia e, recebida a absolvição da Ordem Terceira de S. Francisco de que era irmão, «deixou aquela grande alma para sempre o mundo»²⁵³ ... Estas «verdadeiras notícias» sobre «morte tão preciosa» são ainda completadas com alguns pormenores interessantes que, referidos pelo autor no começo da obra, podemos integrar neste contexto. Quando, moribundo, lhe rezaram o Ofício da agonia e lhe puseram a vela na mão, ele largou-a e começou «a fazer cruces sobre o peito, e sem dar sinal algum de ancia, ou agonia, nem fazer movimento de beiços, ou olhos», assim expirou «com notavel suavidade»... E mais: o seu corpo, «não obstante que o tinha mui dessecado a larga enfermidade», ficou «tam formoso, e perfeito, com as faces tão rozadas, e cheyas, que em lugar de horror, e medo só infundia veneração e amor, sem haver quem pudesse apartar-se daquelle mais bello despojo da morte, em quem parecia haver-se derramado quanta formozura havia no mundo»²⁵⁴... E a esta «maravilha» juntava-se uma outra não menos decisiva para o alvo do autor: a incorrupção do corpo²⁵⁵... E assim o levaram para a sua sepultura no

²⁵³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 209, 211.

²⁵⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 10.

²⁵⁵ *O Cavalheiro Christão...*, p. 212: «...esteve exposto trinta horas, sem o mais leve signal de corrupção».

mosteiro de S. Marcos... E como já sabemos, desde o início da obra, estas «maravilhas»..., «cousas admiráveis»..., «prodígios» fizeram acudir uma multidão, sobretudo pobres, ao seu enterro, ocasião em que se puderam observar algumas maravilhas mais... E a *vox populi*, sempre importante nestas circunstâncias, exclamava «que não podia deixar de estar gozando da divina presença...», que «estava sem duvida gozando da bem-aventurança...», perífrases que, devidas aos autores das cartas que as transmitiram ao autor, este utiliza para não o proclamar, por escrito, verdadeiro santo... O decreto de Urbano VIII, sempre e também aqui citado no cólofon de *O Cavalheiro Cristiano*..., não o permitia... Mas, como insinuámos, atrevemo-nos, hoje por hoje, a pensar que a devota biografia de Manuel José Soares de Brito foi concebida para ser o começo de um longo processo rumo aos altares...



Mas... O raro e anónimo livrinho – «porque agora não dizê-lo documento? – não nos oferece apenas uma rara biografia espiritual de um fidalgo português entre 1688 e 1760 e, desde esta perspectiva, bem analisado o seu exemplo, poderia fornecer um modelo, em

breve manual, de modos de vida e de oração «perfeitos» ou aperfeiçoáveis aos seus leitores. Permite-nos, contudo, igualmente vislumbrar, cremos, em muito menor medida, claro, o cenário – também ele raro e limitado por muitos ângulos – de uma casa senhorial na província do centro do país na primeira metade do século XVIII... Quantas mais assim haveria? Seria por esta conjugação de planos que *O Cavaleiro Christão*... andava pelas montras das livrarias de Lisboa lá pelos anos de 1779? Ou seria a referência de Nicolau Tolentino uma irónica e velada, embora *attardée*, alusão a um daqueles «jacobeos, e beatos» – a expressão é de Seabra da Silva²⁵⁶ – dos tempos de um regalismo pom-balino interessado em perseguir jacobeos por sigilistas?

²⁵⁶ SILVA, Joseph Seabra da, 1769. *Memorial sobre o scisma do Sigilismo que os denominados jacobeos, e beatos levantaram neste Reino de Portugal*... Lisboa: Regia Officina Typographica.

APÊNDICE

I. Escritos de Manuel José Soares de Brito

I. Protestação de Fé jurada

Eu Manoel José Soares de Britto, com firme fé, creio, e professo todos, e cada hum dos artigos, que se contem no simbolo da Fé, que uza a Sancta Madre Igreja. Admitto, e abraço todas as tradiçoens Apostolicas, e Ecclesiasticas, e todas as mais observancias da mesma Sancta Igreja; assim naquelle sentido, que ella teve, e tem admittido a Sagrada Escriptura; e nunca de outro modo a interpretarei, nem receberei.

Confesso, que são sette os Sacramentos instituidos por Jezus Christo Nosso Senhor. Confesso, que na Missa se offerece a Deos o verdadeiro sacrificio propiciatorio por vivos, e defunctos, e que no Santissimo sacramento da Eucharistia está verdadeira, real, e substan-

cialmente o Corpo, e Sangue juntamente com a Alma, e divindade de Nosso Senhor Jezus Christo, e que ha verdadeira transubstanciação de pão, em o Corpo, e de vinho em o Sangue do mesmo Christo, e que debaixo de qualquer das especies se recebe todo o Christo, verdadeiro Sacramento. Protesto que são sacrilegos, e hereges todos os que desprezão este divinissimo Sacramento, e as imagens de Christo, e de Maria Santissima, e dos mais Sanctos como tambem as suas reliquias. Confesso, que ha Purgatorio, e que as almas, que alli estão detidas, são ajudadas com os suffragios dos fieis, e que os Sanctos, que estão no Ceo, devem ser invocados, e reverenciados, e que elles offerecem pelos homens oraçoens a Deos. Affirmo, que as imagens de Christo, e de Maria Sanctissima sua Mãe, e todos mais Sanctos se deve toda a honra, e reverencia devida. Reconheço a Sancta Igreja Catholica Romana por Mãe, e Mestra de todas as Igrejas. Prometto, e juro obediencia ao Summo Pontifice Romano Sucessor de São Pedro, e Vigario de Christo na terra. Aceito, e professo tudo quanto os Sagrados Canones, e Concilios, especialmente o Tridentino, tem declarado, e defenido por bom, e condemno, e reprovado tudo o que elles tem condemnado, e reprovado. Voto, e juro defender, quanto me for permittido, e possivel, a Conceição purissima de Maria Sanctissima

Mãe de Deos, e Senhora Nossa, e que desde o primeiro instante do seo ser foy preservada de toda a macula de peccado original.

Prometto, faço voto, e juro, que hey de procurar quanto a mim for possível, com a ajuda de Deos reter, e confessar constantissimamente a Fé Catholica, que tenho, como ensina, e tem a Sancta Madre Igreja Catholica Romana, até o ultimo momento da minha vida, assim Deos me ajude, e os Sanctos Evangelhos: em fé de que me assignei hoje 27 de Dezembro de 1753.

Manoel Jozé Soares de Britto²⁵⁷.

2. Propósitos

– He o peccado o mayor mal de quantos há, nem pode haver, e ainda que não fora contra toda a razão, bastava ser contra a vontade de Deos, para antes mil vezes morrer que peccar. Pedirei a Deos por intercessão dos meos Sanctos Advogados, e de Maria Sanctissima que antes me tire a vida, que deixar-me cair em offensa sua²⁵⁸.

– Memoria dos propositos, que faço nos sanctos exercicios, que com a graça de Deos procurarei observar:

²⁵⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 76-80.

²⁵⁸ *O Cavalheiro Christão...*, p. 82.

Fazer tudo o que podér, entendendo hé vontade de Deos.

Não aggravar a pessoa alguma, e perdoar a todos, que de qualquer modo me escandalizarem, ou desagradarem.

Procurar em quanto me for possível, que se não offenda a Deos, e muito menos offendê-lo eu.

Considerar que está dado, e entregar o coração a quem o creou.

Não ensoberbecer, antes procurar parecer, e ser humilde²⁵⁹.

– O vicio da luxuria he tão çujo, e asque-rozo, que permittindo o Filho de Deos, por nosso bem, ser injuriado com mil afrontas, só a de luxuriozo não permittio se lhe lançasse em rosto. Daqui por diante não direi couza, nem ouvirei de boa vontade historia, que me excite especies deste vicio, e muito menos vistas, e toques peccaminozos, com ajuda do meo Anjo da guarda, dos Sanctos advogados, e a Mãe de Deos²⁶⁰.

– Se tenho de morrer, como de verdade hei-de morrer, para que faço tanto apreço das couzas deste mundo, e que de nenhum modo

²⁵⁹ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 120-121.

²⁶⁰ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 121-122.

me servem para a eternidade! Proporei com a ajuda de Deos, por intercessão dos meos Sanctos advogados, e de Maria Sanctissima, ter em nada tudo que não for para honra de Deos, e bem da minha alma²⁶¹.

– Se hé o juizo de Deos rigorosissimo, como de verdade hé, como faço tam pouco cazo de peccar facilmente por pensamentos, palavras, e obras? Daqui por diante trarei com ajuda de Deos, por intercessão do meo Anjo da guarda, Sanctos advogados, e Maria Sanctissima Senhora nossa, especial cuidado, e temor de tão espantozo Tribunal²⁶².

– Sendo as obras de Deos todas grandes, e excellentes, nenhuma igualou á da Instituição do Santissimo Sacramento, em que todo quanto hé, tem, e pode se nos dá. Porque não farei eu o mesmo para com tal Senhor? Proponho daqui por diante com ajuda do mesmo Senhor despir-me de tudo para me offerecer para recebê-lo em minha pobreza, que hé a minha alma²⁶³.

²⁶¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 123

²⁶² *O Cavalheiro Christão...*, p. 124.

²⁶³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 186-187.

3. Exclamações e Orações

– Ó contrição quam precisa es! Dai-ma Senhor por intercessão de Vossa Sanctissima May, e não cessarei já mais de vo-la pedir, pois ou me condemneis ou me perdoeis, como da vossa misericordia espero, sois, e sereis digno de ser infinitamente amado, ainda pelos mesmos condemnados, se a sua obstinação não fora também para gloria vossa²⁶⁴.

– Altissimo Senhor Deos Eterno, que habitaes nas alturas no meyo da vossa gloria inacessivel, eu indignissima creatura vossa pegando o meo rosto com o pó da terra, e com o nada do meo ser, de que vossa poderosa mam foy servida levantar-me, vos adoro, venero, e reconheço por Autor Soberano de tudo o que tem ser assim da natureza, como da graça, e gloria. E vos rendo infinitas graças por me haveis creado para hum tão alto, e excellente fim, qual hé o de vossa vista, amor, e gozo eterno. Das culpas, e transgressoens, que commetti, desviando-me deste fim, e offendendo a vossa Bondade me peza com intima dor por vós serdes quem sois, e em satisfação dellas vos offereço os merecimentos da Santissima Vida, Paixão e Morte de vosso Filho, e meo Senhor Jezus Christo, e por

²⁶⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 93.

elle mesmo vos peço vos digneis conceder-me copioza graça, com que perdoados meos peccados, possa merecer, que me admittaes dentro das portas dessa Jerusalem Triumphante, onde em companhia dos Sanctos louve, e magnifique vosso admiravel nome eternamente, Amen²⁶⁵.

– Deos vos salve, Anjo de Deos, Principe nobilissimo, minha guarda, Anjo amorosissimo, Deos vos salve. Alegro-me de que Deos vos creasse em tanta grandeza, sanctificando-vos com sua graça, perseverando nella até que alcançastes a Gloria. Graças sejam dadas ao Todo Poderozo Deos pelas mercês, que vos fez, e a vós pelos bens, que me fazeis, e pelo amor, e gosto, com que me guardaes. Eu vos encomendo hoje meo corpo, e minha alma, minha memoria, entendimento, e vontade, meos appeties, e sentidos para que me guardeis, deffendaes, e governeis, e juntamente me purifiqueis, alumieis, e aperfeioeis, de tal maneira, que cheio por vós de todos os bens persevere sempre em graça até que juntamente com vosco veja, e goze de Deos na Gloria. Amen²⁶⁶.

²⁶⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 108-110.

²⁶⁶ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 195-196.

II. Cartas [extractos] de direcção espiritual de D. Lopo (C.R.S.A.)

1

... Esteja descansado, nos seus peccados passados, que estão bem confessados, e em quanto á culpa confie em Deos, que não deve nada, nada, e quanto à pena, para isso sam as Indulgencias, Penitencias, e mais obras satisfatorias desta vida. Com que nisso de culpas passadas descanse. Evite as futuras, e das passadas só satisfazer pela pena devida. Em quanto ao cilicio, digo, que no dia das disciplinas não o traga. E se succeder não poder tomar disciplina, tenha esse dia vago o seu corpo, e offereça a Deos a vontade que tinha de o fazer...²⁶⁷.

2

... Na materia de cilicio, faça o que já lhe disse; e só advirto, que havendo qualquer indisposição não o traga, e basta satisfazer às obrigaçoens do seu estado. Isto lá o meça com prudencia, que no seu estado e tendo filhos, não quero que peque por excesso...

(1732, julho)²⁶⁸.

²⁶⁷ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 96-97.

²⁶⁸ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 97-98.

3

... Folgo que tenha modo de poder tomar alguma disciplina, e o meo parecer hé que podendo ser, e havendo saude, o faça hum par de vezes. E quanto á presumpção, ou espirito de vaidade, não tenha medo disso. Etc.²⁶⁹.

4

... Supponho me esqueceo o dizer em que tempo havia de ser este par de vezes. Todas as semanas pode fazê-lo duas vezes, tendo comodo para isso...²⁷⁰.

5

... Em quanto ao jejum a pão e agoa, eu não sou desse parecer. Jejue bem, conforme manda a Sancta Madre Igreja, excepto huma Sexta feira Sancta, ou alguma Sexta feira de Quaresma. Para todas as semanas, digo que não...²⁷¹.
(1732)

6

... Não repare em lhe não pedirem materia para absolvição, quando julgava que a tinha.

O que deve fazer hé não esperar que lha peção, se não dá-la logo, quando julgar que não tem peccado, dizendo os defeitos, e faltas, que

²⁶⁹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 98.

²⁷⁰ *O Cavalheiro Christão...*, p. 99.

²⁷¹ *O Cavalheiro Christão...*, p. 102.

tiver, e depois se isto não for materia bastante, me accuzo de tal peccado da vida passada...²⁷².

7

... Não se achando com remorso de peccado grave, deve commungar, e accommodar-se com a confissão da vespera. E como hé amigo de que o mandem, eu lho mando fazer desta sorte, que lhe tenho dito. E humilhe-se, e escandalize-se quanto quizer contra si, mas vá sempre commungando porque o mandão. E o mais deixe-o sobre mim, que eu darey a Deos conta disso...²⁷³.

8

... Para as communhoens não se deixe levar de escrupulos, quando estiver certo que não peccou mortalmente depois da confissão. Comungue sempre, e suppra a confissão de algum venial, ou veniaes com actos de contrição delle, ou delles. Faça isto, e deixe o mais ás minhas costas para o dia do Juizo...²⁷⁴.

9

... Não se afflija por não conhecer faltas, nem tome pena por isso. Peça a Deos luz para as conhecer, e creya que as tem, e peça perdão

²⁷² *O Cavalheiro Christão...*, p. 103.

²⁷³ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 104-105.

²⁷⁴ *O Cavalheiro Christão...*, p. 105.

a Deos muito especial das que não conhece. Assim o fazia David Sancto: *Ab occultis meis munda me*, e assim o fazem todos o que o querem imitar. Humilhe-se, etc....²⁷⁵.

(1730)

10

... Folguei, e dei graças a Deos por me dizer tinha cortado o pejo, e vergonha de ter oração com a sua familia: huma por conhecer, que hé vergonha, que não hé pouco este conhecimento, a outra por ter esse valor, e fazer essa obra tão boa, em que se póde em huma familia seguir muitos bens espirituaes...²⁷⁶.

11

Senhor, sem amar a Deos, e sem dôr dos peccados, nenhum homem, que tem peccado, se salva. Para amar a Deos, e doer dos peccados, hé necessario conhecê-los, e conhecer a Bondade de Deos offendido; para ter este conhecimento he necessário considerar, e meditar nos atributos de Deos, nos seus beneficios, criação, redempção, Sacramentos, e hé necessario meditar na nossa pouquidade, e no nosso attrevimento em offendê-lo. Daqui, digo, destes conhecimentos resultão amor, dôr,

²⁷⁵ *O Cavalheiro Christão...*, pp. 106-107.

²⁷⁶ *O Cavalheiro Christão...*, p. 114.

confusão, aborrecimento de si, e outras cousas mais. E como estes actos pódem ser mais, e mais perfeitos, e delles resulta o conhecimento da muita necessidade, que temos da ajuda de Deos, resulta tambem huma firme, e efficaz, e permanente oração a Deos para que nos ajude.

Com que creya, que lhe hé necessariaa a oração, para alcançar a vida eterna, assim como hé necessario o sustento, para a vida do corpo... ²⁷⁷.

²⁷⁷ *O Cavalheiro Christão...*, p. 116.

FIGURAS



Figura 1. Retrato de Manuel José Soares de Brito
Fonte: *O Cavalleiro Christão...*



Figura 2. Solar da quinta da Lamarosa
Créditos fotográficos de José Eduardo Reis



Figura 3. Capela da quinta da Lamarosa
Créditos fotográficos de José Eduardo Reis



Figura 4. Teto do salão da casa da Lamarosa
Créditos fotográficos de José Eduardo Reis

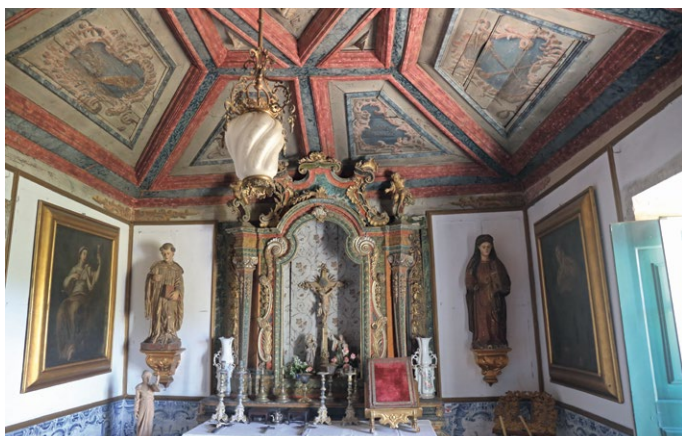


Figura 5. Oratório da casa da Lamarosa
Créditos fotográficos de José Eduardo Reis



Figura 6. Morgadio da Santa Bárbara (Baía)
Fonte: Cópia de um fac-símile de gravura do século XVIII
outra no M. E. da Bahia, hoje em paradeiro desconhecido.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABREU, Ana Isabel Mexia de Ávila e, 54
- ALEGAMBE, Felipe, 33
- ARAÚJO, Andreza de, 48
- ALBUQUERQUE, António Gomes de, 111
- ALMEIDA, João de, 52, 65
- ALMEIDA, Manuel Frade de, 54, 58
- ALMEIDA, Manuel Lopes de, 59
- ALMEIDA, Martinho de, 29
- ALMEIDA, Nicolau Tolentino de, 29
- Anjo da Guarda v. Devocões
- ANUNCIACÃO, Francisco da, 19, 94, 108, 110, 111, 112
- ANUNCIACÃO, Miguel da, 16, 20, 74, 91, 97, 109, 110
- APRESENTAÇÃO, Luís da, 77, 79
- ASSUMAR, conde de v. ALMEIDA, João de
- ASUMPCIÓN, Antonio de la, 93
- Bento XIV, 74, 90, 91
- BRITO, Teotónio Soares de, 48
- BLUTEAU, Rafael, 43, 51, 108
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 50, 56, 77, 80, 110, 112
- CASTIGLIONE, Baltasar, 49

- CONCEIÇÃO, Timóteo da, 31, 72
 Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, 40, 64, 74, 97, 109, 112
 COSTA, Afonso, 48
 COSTA, Elisa Maria Lopes da, 18, 19, 107, 109
 CRISTÓVÃO, Fernando, 36
 CRUZ, Juan de la, Santo, 91
 Crúzios (PP.) v. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho
 DELLA CASA, Giovanni, 49
 DEVOÇÕES
 BÁRBARA, Santa, 105
 GUARDA, Anjo da, 106, 122, 123
 JOSÉ, Santo, 104
 MARIA, Virgem, 45, 70, 71, 98, 103, 104, 120, 121, 123
 MARIA, Parentela da Virgem, 104
 PAULO, Santo, 73, 103
 PEDRO, Santo, 75, 80, 103, 120
 DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, 57, 58, 66
 FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, 10, 55
 FERRIEU, Xavier, 60
 FÉNELON, François de Salignac de la Motte, 36
 FILORAMO, Giovanni, 72
 FONSECA, Fernando Taveira da, 47, 62, 63
 GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, 46, 64
 GODDES, Auguste-Claude-François de, 60
 GUIMARÃES, Nuno dos, 40, 77, 110
 GRANADA, Luis de, 56
 JERÓNIMO, Santo, 45, 106
 LAGO, Francisca Pereira do, 48
 LAGO, Francisco Pereira do, 48
 LAGO, Madalena Pereira do, 48
 LOPO, D. (C.R.S.A.), 54, 68, 82, 83, 84, 92, 97, 98, 99, 108, 111, 126

- MACHADO, Diogo Barbosa, 30
- MALDONADO, Francisco Xavier, 47
- MALDONADO, José da Gama Lobo, 47
- MARIA, Virgem v. Devoções
- MARQUES, João Francisco, 100
- MARTINS, Inácio, 80
- MELO, Bruno Kawai Souto Maior de, 20, 108
- MELO, Sebastião José de Carvalho e, 15, 28, 29, 53, 109
- MENDES, Paula Almeida, 9, 27
- MOLINOS, Miguel de, 91
- MONTEIRO, Nuno Gonçalves Freitas, 52, 58, 65
- MOTA, Guilherme, 64
- NORONHA, Leão de, 56
- OLIVEIRA, Marçal de Macedo Velazques Sá e, 64
- PAIVA, José Pedro, 17, 49, 109
- PALOMO, Federico, 96
- PARADA, António de Carvalho, 30
- PAULO, Santo v. Devoções
- PEDRO, Santo v. Devoções
- POMBAL, marquês de v. MELO, Sebastião José de Carvalho e
- PORTUGAL, Francisco de, 16, 50
- PORTUGAL, José Miguel de, 28, 50
- QUEIRÓS, Maria Helena, 112
- RICO CALLADO, Francisco Luis, 96
- ROSA, Mario, 100
- SALES, Francisco de, Santo, 110
- SALGADO JÚNIOR, António, 28
- SANTOS, Zulmira Coelho dos, 11, 52
- SILVA, António Pereira da, 17, 68, 74, 81, 84, 94, 96, 97, 107, 109, 110, 111
- SILVA, Inocência Francisco da, 29, 51
- SILVA, José Seabra da, 118
- SOARES, Ernesto, 31
- SOARES, Pero Roiz, 59

SOUSA, Manuel Faria
e, 41
SOUZA, Evergton Sales,
84, 107, 109, 110
TAVARES, Pedro Vilas
Boas, 10, 91
TELES, Rodrigo de
Moura, 49, 108
TERESA, Bernardino de
Santa, 68
TERESA, Luís de Santa,
112
VALENÇA, marquês de,
16, 50, 112
VARNES, marquês de
v. GODDES, Auguste-
-Claude-François de
VEIGA, Manuel da (S.J.),
33
VERNEY, Luís António,
21, 28, 36, 37
VIEIRA, António, 36
VIMIOSO, conde de v.
PORTUGAL, José
Miguel de
ZARRI, Gabriella, 72

